

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRESSA BINOTTI

**O TURISMO E OS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS:
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE
HOTELARIA LISTADAS NA BOLSA DE VALORES (B3 - BRASIL BOLSA
BALCÃO) NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

CAXIAS DO SUL
2017

ANDRESSA BINOTTI

**O TURISMO E OS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS:
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE
HOTELARIA LISTADAS NA BOLSA DE VALORES (B3 - BRASIL BOLSA
BALCÃO) NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador TCC I: Prof^a. Dra. Marlei Salete Mecca

Orientador TCC II: Prof^a. Dra. Marlei Salete Mecca

CAXIAS DO SUL

2017

ANDRESSA BINOTTI

**O TURISMO E OS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS:
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE
HOTELARIA LISTADAS NA BOLSA DE VALORES (B3 - BRASIL BOLSA
BALCÃO) NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador TCC I: Prof^a. Dra. Marlei Salete Mecca
Orientador TCC II: Prof^a. Dra. Marlei Salete Mecca

Aprovado (a) em: 21/11/2017

Banca Examinadora:

Presidente

Prof^a. Dra. Marlei Salete Mecca
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Examinadores:

Prof. Ma. Maria Salete Martins Denicol
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a minha orientadora, Prof. Dra. Marlei Salete Mecca, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, aos meus pais, Pedro e Inês, pelo amor, compreensão, apoio e por sempre acreditarem nas minhas escolhas e me incentivarem a buscar meus objetivos e a enfrentar os desafios de forma positiva. Ao meu esposo João, pelo amor, compreensão e por acreditar nos meus sonhos e sempre me incentivar com palavras positivas. Ao meu irmão, pelo apoio durante a realização deste trabalho. Todos foram fundamentais para o sucesso no desenvolvimento deste trabalho.

“Um dos segredos do sucesso é se recusar a deixar que adversidades temporárias nos derrotem.”

Mary Kay Ash

RESUMO

O turismo é um dos propulsores do desenvolvimento econômico global e através da geração de emprego e renda das regiões, possibilita a expansão das destinações turísticas. O segmento de hotelaria se apresenta como um grande contribuinte para o desenvolvimento da economia de forma geral, sendo um dos principais no setor de turismo, pois é importante para a permanência do turista no local. Diante da situação de recessão na economia mundial, é importante buscar estratégias para amenizar os impactos dentro das empresas. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 - Brasil Bolsa Balcão) no período de 2012 a 2016. Para atingir o objetivo elaborou-se uma pesquisa bibliográfica e descritiva, com estudo de caso e abordagem qualitativa e quantitativa. Concluiu-se que os resultados das empresas não foram muito satisfatórios, apresentando pouca variação mesmo com eventos como a copa do mundo em 2014 e as olimpíadas em 2016. Através do estudo realizado, conclui-se que as empresas analisadas, sentiram os impactos da crise econômica, principalmente no ano de 2015, que foi o seu auge. Porém, a realização de eventos esportivos no país auxilia para amenização destes impactos. Observa-se também, conforme notas explicativas, que as empresas possuem planos de ações estratégicas para o negócio e que as mesmas estão em constantes atualizações para melhor atender aos seus hóspedes.

Palavras-chave: Turismo. Hotelaria. Análise Econômico-Financeira.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação dos indicadores de liquidez geral.....	49
Gráfico 2 – Representação dos indicadores de liquidez corrente	50
Gráfico 3 – Representação dos indicadores de liquidez seca	51
Gráfico 4 – Representação dos indicadores de liquidez imediata	52
Gráfico 5 – Representação dos indicadores de nível de endividamento	54
Gráfico 6 – Representação dos indicadores de composição de endividamento	55
Gráfico 7 – Representação dos indicadores de imobilização do patrimônio líquido ..	56
Gráfico 8 – Representação do giro do ativo	57
Gráfico 9 – Representação da margem líquida	58
Gráfico 10 – Representação da ROI	59
Gráfico 11 – Representação da ROE	60
Gráfico 12 – Representação do GAF	61
Gráfico 13 – Representação do GAO.....	62

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do balanço patrimonial	23
Quadro 2 – Modelo de DRE	25
Quadro 3 – Modelo DFC método direto	27
Quadro 4 – Modelo DFC método indireto.....	28
Quadro 5 – Definição e fórmula dos indicadores de liquidez	32
Quadro 6 – Definição e fórmulas dos indicadores de endividamento.....	34
Quadro 7 – Definição e fórmulas dos indicadores de atividade	35
Quadro 8 – Definição e fórmulas dos indicadores de rentabilidade	37
Quadro 9 – Indicadores de liquidez.....	49
Quadro 10 – Indicadores de endividamento.....	53
Quadro 11 – Indicadores de rentabilidade	57
Quadro 12 – GAO e GAF	61

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.	antes de Cristo
B3	Brasil Bolsa Balcão
cx.	caixa
Dra.	Doutora
equiv.	Equivalentes
Ma.	Mestra
p.	página
prof.	professor
v.	volume
vol.	Volume

LISTA DE SIGLAS

AC	ativo circulante
BP	balanço patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMV	custo das mercadorias vendidas
CO	compras
CPC	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
CTG	Comunicado Técnico Geral
DFC	demonstração do fluxo de caixa
DLPA	demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
DMPL	demonstração das mutações do patrimônio líquido
DOAR	demonstração das origens e aplicações de recursos
DRE	demonstração do resultado do exercício
DVA	demonstração do valor adicionado
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FOHB	Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil
GAF	grau de alavancagem financeira
GAO	grau de alavancagem operacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
LP	longo prazo
NBC TG	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Geral
PC	passivo circulante
PIB	produto interno bruto
PL	patrimônio líquido
PNC	passivo não circulante
PMPC	prazo médio de pagamento de compras
PMRV	prazo médio de recebimento de vendas
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
REFIS	recuperação fiscal da receita federal
RevPar	receita por quarto disponível
ROE	rentabilidade do patrimônio líquido
ROI	rentabilidade do ativo
TJLP	taxa de juros de longo prazo

UH unidade habitacional
UNWTO *The World Tourism Organization*
WTTC *The World Travel & Tourism Council*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	16
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	CONTABILIDADE	20
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
2.2.1	Balço patrimonial	22
2.2.2	Demonstração do resultado do exercício	24
2.2.3	Demonstração do fluxo de caixa	25
2.2.4	Notas explicativas	29
2.3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
2.3.1	Análise por quocientes	30
2.3.2	Grau de alavancagem financeira (GAF)	37
2.3.3	Grau de alavancagem operacional (GAO)	38
2.3.4	Análise horizontal e vertical	38
2.4	TURISMO	39
2.5	HOTELARIA	41
3	METODOLOGIA	44
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	44
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	46
4	ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS SELECIONADAS	47
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO	47
4.1.1	Contextualização da empresa Hotéis Othon S.A.	47

4.1.2	Contextualização da empresa Sauipe S.A.	48
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.2.1	Indicadores de liquidez.....	48
4.2.2	Indicadores de endividamento.....	53
4.2.3	Indicadores de atividade e ciclos econômicos	56
4.2.4	Indicadores de rentabilidade.....	56
4.2.5	Grau de alavancagem operacional e financeira	60
4.2.6	Análise horizontal e vertical.....	63
5	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS.....	71
	ANEXO A – ANÁLISE HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OTHON S.A.	79
	ANEXO B – ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OTHON S.A.	80
	ANEXO C – ANÁLISE HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SAUIPE S.A.....	81
	ANEXO D – ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SAUIPE S.A.....	82
	ANEXO E – ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - OTHON S.A.	83
	ANEXO F – ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - OTHON S.A.	88
	ANEXO G – ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - SAUIPE S.A.	93
	ANEXO H – ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - SAUIPE S.A.	98

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A análise financeira das demonstrações contábeis tem o objetivo de apresentar a situação econômico-financeira da empresa analisada e faz comparativos de desempenho entre diferentes períodos. Segundo Padoveze e Benedicto (2011), a análise de balanço ou análise financeira é um processo reflexivo sobre os números de uma empresa que avalia a sua situação econômica, financeira, de rentabilidade e operacional. A partir dos números encontrados, o analista fará o parecer a respeito de possibilidades para o futuro da empresa, sendo este parte conclusiva da análise.

Silva (2012) descreve a análise das demonstrações contábeis como uma técnica de coleta de dados constantes nas demonstrações visando à apuração de indicadores que permitem avaliar a situação financeira, patrimonial e econômica das empresas. Essa avaliação analisa períodos passados confrontando-os ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas. A análise ainda possibilita comparar a situação da empresa com tendências regionais ou dos segmentos onde a empresa está inserida.

A análise financeira faz parte da tomada de decisão, pois é através dela que se extraem dados sobre a posição econômico-financeira da empresa, podendo assim se tomar decisões importantes como concessão de crédito, investimentos, avaliação da administração e identificação da capacidade de solvência. Para que o analista possa fazer uma boa análise, ele deve conhecer a empresa e o seu mercado de atuação. Conhecendo as características do segmento de atuação, a análise se torna mais consistente, pois esta não é desenvolvida somente através de aplicação de técnicas, mas também é orientada pela sensibilidade e experiência do analista (ASSAF NETO, 2015).

Através da análise financeira pode-se identificar o comportamento das empresas em relação ao cenário econômico. Segundo Lima (2017), o Brasil vem enfrentando, desde da metade de 2014 até 2017, a pior recessão da história na economia, o que não ocorria há 84 anos. O autor ressalta que esse cenário já era esperado pelo governo e pelo mercado financeiro, porém com a ausência de sinais de retomada da economia, esses resultados começaram a preocupar. Em 2015, todos

os setores da economia tiveram queda, sendo respectivamente com maior queda a agropecuária, a indústria e os serviços.

No entanto verifica-se que o setor de turismo, segundo UNWTO - *The World Tourism Organization* - (2016), cresceu 4,6% em número de turistas internacionais no ano de 2015, o que significa um aumento de 52 milhões de turistas com relação a 2014, assim, este foi o sexto ano, desde a crise econômica de 2009, em que houve crescimento neste setor.

Observa-se, conforme Knupp (2015), que o turismo tem um papel importante para o desenvolvimento da economia, tendo em vista o aumento na renda dos municípios e geração de empregos. Ainda conforme a UNWTO (2016) o turismo representou 7% das exportações globais de bens e serviços, superando o comércio mundial de mercadorias pelo quarto ano.

Em relação ao turismo, o segmento de hotelaria se mostra como um grande contribuinte para o desenvolvimento da economia. Conforme pesquisa divulgada pelo Sebrae em 2014, esse segmento é consumidor de bens industriais, pois troca seus equipamentos com frequência, sendo assim positivo para a movimentação da economia. Outro ponto positivo do segmento de hotelaria é a geração de empregos locais que beneficiam a comunidade receptora (SEBRAE, 2014).

Conforme WTTC - *The World Travel & Tourism Council* - (2017), o turismo é importante para a economia global, pois é criador de riqueza e empregos. Com perspectivas de crescimento favoráveis, apesar dos desafios adversos, a previsão é de crescimento de 3,9% ao ano para os próximos dez anos. O segmento de hotelaria tem papel importante no turismo, segundo FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil - (2017), os resultados para este segmento em março de 2017 foram positivos em relação a taxa de ocupação, porém apresenta uma redução na diária média praticada e na RevPAR (receita por quarto disponível), isso comparado ao mesmo período do ano de 2016. Ainda Sampaio (2016) explica que a crise econômica que vem sendo enfrentada pelo Brasil atingiu a hotelaria, gerando quedas, principalmente nas tarifas médias e no RevPar. Outro fator que contribuiu para a piora do quadro desse segmento foi a super oferta durante a copa do mundo e os jogos olímpicos.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil Bolsa Balcão) no período de 2012 a 2016.

Entende-se que o tema apresentado é de grande importância tanto para fins acadêmicos, quanto científicos e profissionais, justificando-se plenamente a sua realização.

A escolha desse tema se apresenta pertinente à medida que a situação econômica global encontra-se em recessão. Segundo Estadão (2017), Goldfajn, presidente do Banco Central, diz que a economia mundial se mostra estável desde 2008, com o início da crise econômica, e que somente em 2017 se inicia a perspectiva de superação desta estagnação. Em vista disso, a análise econômico-financeira se apresenta importante para as empresas. Marion (2013), cita três pilares principais nas decisões empresariais: a situação financeira, a estrutura de capital e a posição econômica. Ainda o mesmo autor ressalta que existe uma série de outros indicadores e instrumentos de análise que podem enriquecer as conclusões referentes a situação da empresa.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Lacerda (2017) descreve que nas últimas três décadas ocorreram reflexos no Brasil em relação a transformação da economia mundial, tendo em vista a globalização financeira que impôs desafios aos gestores dos países. O autor afirma que a crise que vem sendo enfrentada desde 2008 está longe de uma solução e que o Brasil tem seu quadro mais grave do que outros países, pois possui maiores tributos, juros, custo de administração, logística e infraestrutura.

A análise das demonstrações contábeis é importante, especialmente diante da situação econômica do Brasil descrita por Lacerda. Segundo Bruni (2014), existem vários motivos para se fazer a análise das demonstrações contábeis, pois a mesma é importante para a geração de planos de negócios e planos de ações utilizados para avaliação da empresa, análise de competitividade e estudo da rentabilidade. Para uma boa análise, deve-se ter senso crítico podendo identificar mudanças contextuais que venham a interferir nos números apresentados.

As análises podem ser feitas por análise horizontal e vertical, ou por indicadores (BRUNI, 2014). Conforme CPC 26 (2011):

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição

patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e reponsabilidade na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados (...).

Diante disso, pode-se verificar a importância das demonstrações contábeis, não somente para a empresa, como para outros usuários interessados. Porém, não basta apresentar as demonstrações, deve-se fazer uma análise destas para poder identificar a real situação econômico-financeira da empresa.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011, p. 3), a análise é:

A aplicação do raciocínio analítico dedutivo sobre os valores dos elementos patrimoniais e suas inter-relações, expressos nas demonstrações contábeis de uma entidade, com a finalidade de conseguir a avaliação da continuidade financeira e operacional.

O processo de tomada de decisão está dentre as vantagens competitivas das empresas, tendo em vista de que uma decisão tomada de forma inadequada pode afetar os seus fluxos de caixa.

Segundo a WTTC (2017), o setor de viagens e turismo contribui para o PIB, sendo que esta contribuição ultrapassou a economia global, pelo sexto ano em 2016. Este setor permanece com boas perspectivas para o ano de 2017, com vista para geração de riqueza e empregos, apesar dos desafios apresentados pela economia global. Chon (2014) descreve o turismo como sendo benéfico aos países nas questões econômica, sociocultural e ambiental e por isso deve ser um comércio atraente e que atenda às necessidades de seus visitantes. Os turistas sempre gastam dinheiro durante as suas viagens e esses gastos geram receitas para os negócios como hotéis, restaurantes, lojas e outros. O turismo também gera receita para a área pública através dos impostos que podem ser reinvestidos em infraestrutura para os moradores da localidade.

Apesar de o turismo não apresentar queda durante os anos de recessão na economia, segundo FOHB (2016) verificou-se queda no segmento de hotelaria brasileira em 2015 e 2016, porém a partir de 2017 a expectativa é de recuperação no cenário e em 2018 espera-se um equilíbrio. Ainda segundo o ministro do turismo Lages, a hotelaria impulsiona a economia brasileira, através da geração de empregos

locais, movimentação da construção civil e requalificação da oferta turística (PORTAL BRASIL, 2015).

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual foi o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria da bolsa de valores (B3 - Brasil Bolsa Balcão) no período de 2012 a 2016?

A definição da questão de pesquisa, além de considerar a delimitação do tema, também levou em consideração a crise econômica brasileira, uma situação que vem sendo enfrentada desde o ano de 2014. E através das análises econômico-financeiras foi avaliado o desempenho das empresas do segmento de hotelaria da bolsa de valores no período 2012 a 2016, a fim de identificar o comportamento dos indicadores.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria da bolsa de valores (B3 - Brasil Bolsa Balcão) no período de 2012 a 2016.

1.3.2 Objetivos específicos

- Efetuar a revisão bibliográfica sobre demonstrações contábeis, análise financeira, análise horizontal e vertical, turismo, economia e hotelaria;
- Selecionar o grupo de empresas do setor de turismo, segmento de hotelaria listadas na B3 no período de 2012 a 2016;
- Demonstrar através de indicadores e análise horizontal e vertical a situação econômico-financeira das empresas estudo de caso;
- Analisar se o comportamento dos indicadores apresenta relação com a crise econômica brasileira, copa do mundo FIFA de 2014 e os jogos olímpicos Rio 2016.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos e a questão de pesquisa.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico sobre a análise econômico-financeira das demonstrações contábeis, sobre o turismo no segmento de hotelaria da bolsa de valores, sendo exposto, com base em referências de obras já publicadas, o conceito de contabilidade, os seus usuários, as demonstrações contábeis, com foco nas que foram utilizadas para o estudo de caso e sendo elas: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do fluxo de caixa. As demonstrações são conceituadas conjuntamente com as suas respectivas estruturas. Em seguida são apresentados os conceitos de análise das demonstrações e os indicadores econômicos financeiros que visam evidenciar a situação das empresas e seu desempenho.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia utilizada para realização da pesquisa e também o detalhamento sobre o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e descritiva e a pesquisa quantitativa e qualitativa.

No quarto capítulo é apresentado o estudo de caso das empresas do segmento de hotelaria constantes na bolsa de valores. Neste capítulo é demonstrado, através da análise econômico-financeira e análise horizontal e vertical, o desempenho de cada empresa e a correlação destes resultados com a crise econômica e eventos esportivos realizados em 2014 e 2016 no Brasil.

Ao final, no quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais, através do comportamento dos indicadores econômicos e financeiros do segmento de hotelaria da bolsa de valores no período de 2012 a 2016.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os conceitos de contabilidade, demonstrações contábeis, análise das demonstrações financeiras, análises horizontal e vertical, turismo e hotelaria.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade existe desde o início da civilização, com função de avaliar a riqueza do homem e já naquela época buscava-se obter lucros nos negócios. Com o passar dos anos a contabilidade foi evoluindo, lentamente, até começar a ser vista como ciência. Atualmente é muito valorizada e vista como importante para o desenvolvimento econômico, sendo utilizada como uma ferramenta para a tomada de decisões das empresas (IUDÍCUBUS, 2012).

Para definir contabilidade pode-se citar Coelho e Lins (2010), que a definem como uma ciência que controla o patrimônio e suas variações. Ainda os mesmos autores descrevem o papel da contabilidade como a coleta, registro e apresentação de informações de fatos econômicos.

Para Greco e Arend (2013), a contabilidade registra, estuda e interpreta os fatos financeiros e econômicos que afetam a situação patrimonial de pessoas físicas ou jurídicas. Essa situação é apresentada aos usuários por meio de demonstrações contábeis. O objetivo da contabilidade é o estudo, o controle e o registro das alterações ocorridas no patrimônio.

São fins da contabilidade, segundo Greco e Arend (2013, p. 2):

Assegurar o controle do patrimônio e fornecer as informações sobre a composição e variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas. As informações contábeis devem permitir aos seus usuários nítida avaliação da situação patrimonial (econômica e financeira) da entidade.

Marion (2015) afirma que a contabilidade é um instrumento que auxilia na tomada de decisões, coletando os dados econômicos, avaliando-os monetariamente, registrando e resumindo em forma de relatórios. A contabilidade é a linguagem dos negócios que tem por objetivo permitir que os usuários avaliem a situação econômica

e financeira da empresa, podendo os mesmos fazer interferências sobre as tendências futuras.

Como usuários da contabilidade tem-se usuários internos e externos, segundo Marion (2015), os usuários são pessoas físicas ou jurídicas que têm interesse em conhecer os dados da empresa. Dentre os usuários internos estão os gerentes, diretores, administradores e funcionários e os externos são acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo e sindicatos.

Os usuários da contabilidade buscam nas demonstrações contábeis informações úteis e corretas que os auxiliam nas tomadas de decisões. Ressalta-se a análise das demonstrações contábeis como instrumento importante para os seus usuários, principalmente em decisões de investimento e financiamento. Cada usuário busca informações específicas através das demonstrações contábeis, sendo que as análises e conclusões de cada um podem ser diferentes (ASSAF NETO, 2015).

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ribeiro (2015, p. 37) conceitua as demonstrações contábeis como sendo os “relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade, apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira relativas a gestão do patrimônio da empresa”.

Coelho e Lins (2010) definem patrimônio como um conjunto de bens, direitos e obrigações de determinada entidade, representados através de valores. Então patrimônio pode ser conceituado como riqueza.

Marion (2009) conceitua as demonstrações financeiras como relatórios contábeis que são formados pelos dados coletados através da contabilidade. Esses relatórios são elaborados conforme as necessidades dos usuários. As principais demonstrações contábeis são, segundo Marion (2009): o balanço patrimonial (BP), a demonstração do resultado do exercício (DRE), a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), a demonstração dos fluxos de caixa (DFC), a demonstração do valor adicionado (DVA), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e as notas explicativas que são complementares as demonstrações.

As demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, revelando,

a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa para análise da situação patrimonial, econômica e financeira (BRAGA, 2009).

O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa em determinada data. A demonstração do resultado do exercício, apresenta as variações positivas e negativas ocorridas em determinado período em função da exploração das atividades operacionais da empresa.

A demonstração dos fluxos de caixa demonstra as modificações ocorridas no saldo das disponibilidades da empresa em determinado período, por fluxos de recebimentos e pagamentos. A DFC, foi incluída pela legislação societária para substituir a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR). A DLPA, demonstra as variações no ano das contas de lucros ou prejuízos e as suas destinações no final do período (BRAGA, 2009).

Marion (2015), explica que a DMPL demonstra as movimentações das contas do PL durante o exercício e é agrupada pelos resultados abrangentes e transações de capital com os sócios. O mesmo autor descreve as notas explicativas como sendo complementares para o entendimento das demonstrações contábeis, apresentando informações que não estão explícitas nas mesmas.

2.2.1 Balanço patrimonial

O conceito de balanço patrimonial está descrito pela Resolução CFC 1049/2005 como “demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”. A Lei 6.404/76 descreve os grupos de contas do balanço patrimonial:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. §1º No ativo as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registradas, nos seguintes grupos: I – ativo circulante e; II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. § 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: I – passivo circulante; II – passivo não circulante, e III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. § 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Segundo Ribeiro (2011), o balanço patrimonial é composto por duas partes: ativo e passivo e patrimônio líquido. É apresentado em um gráfico em forma de “T”, em dois lados, sendo o lado esquerdo o do ativo, que mostra a aplicação dos recursos, ou seja, em que a empresa investiu o capital que tem à disposição, e o lado direito é o do passivo, que revela a origem dos recursos totais que a empresa tem, recursos de terceiros (capital de terceiros) e recursos próprios (capital próprio).

Marion (2015) afirma que o balanço patrimonial é a principal demonstração contábil a qual reflete a posição financeira da entidade em determinado momento, normalmente no fim do ano ou em um período prefixado. É como se fosse fotografada a empresa e visto de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data.

A resolução CFC nº 1.157/2009, que aprovou o Comunicado Técnico CTG 02 - Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008, apresenta em seu item 143 a classificação do balanço patrimonial (Quadro 1), conforme a Lei nº. 6.404/76 (das Sociedades por Ações), após as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/2009:

Quadro 1 – Classificação do balanço patrimonial

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reserva de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão

Fonte: Resolução CFC nº 1.157/09

No próximo item são apresentados os conceitos e o modelo da demonstração do resultado do exercício.

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício

A demonstração do resultado do exercício é composta basicamente pelas contas de receitas e despesas, as quais apresentam o saldo acumulado durante todo o período. As receitas são os ganhos oriundos da atividade da empresa ou de outras ações e as despesas são os gastos necessários para a geração de receitas. A DRE tem o objetivo principal de apresentar o resultado final da empresa durante o período (SAPORITO, 2015).

Para Cardoso *et al* (2013), a DRE demonstra a riqueza gerada pela entidade em determinado período. Essa riqueza é determinada como lucro ou prejuízo, resultado esse obtido pelas receitas deduzidas das despesas e dos custos. Após a análise do resultado final, pode-se identificar qual foi o desempenho da empresa durante o exercício. A estrutura da DRE é iniciada com o valor total das receitas da atividade da empresa subtraídas as deduções (devoluções, impostos e descontos incondicionais) e os custos das mercadorias, chegando-se ao lucro bruto (lucro obtido após a recuperação dos custos). Após isso são diminuídas as despesas necessárias a atividade, pela natureza: despesas com vendas, gerais e administrativas, despesas e receitas financeiras. Então é obtido o lucro operacional, que é o valor que a atividade operacional gera para a entidade. A seguir, são deduzidos os impostos e finalmente as participações de terceiros, chegando-se ao lucro ou prejuízo do exercício, que será dividido pelo número de ações.

Marion (2015, p. 114), apresenta no Quadro 2 um modelo de DRE praticado em todo o país:

Quadro 2 – Modelo de DRE

RECEITA BRUTA DE VENDAS
(-) DEDUÇÕES DAS VENDAS
Vendas canceladas
Descontos incondicionais
Devoluções de vendas
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS
ICMS sobre faturamento
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
(-) Custo dos produtos vendidos
LUCRO BRUTO
(+/-) DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS
Despesas comerciais
Despesas administrativas
Despesas tributárias
Outras receitas operacionais
Outras despesas operacionais
Resultado de investimentos em coligadas e controladas
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
Despesas financeiras
Receitas financeiras
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
(-) Provisão para CSLL
(-) Provisão para IRPJ
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS
Resultado líquido após os tributos das operações descontinuadas
Resultado líquido de baixas de ativos e mensuração do valor justo
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Fonte: Marion (2015, p. 114)

No próximo item é apresentada a conceituação e a estrutura da demonstração do fluxo de caixa.

2.2.3 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa demonstra quanto entrou e quanto saiu do caixa da empresa (MARION, 2015). A DFC passou a ser obrigatória no Brasil a partir da publicação da Lei 11.638/2007, em substituição a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR). Segundo Silva (2014), a DFC é apresentada com base no “regime de caixa”, considerando efetivamente os recursos ingressados e desembolsados no caixa da empresa. Conforme orientação do CPC 03 (2010), a DFC deve ser apresentada no período e classificada por atividade operacional, de

investimento e de financiamento, pois desta forma os usuários podem identificar o impacto de cada atividade na posição financeira da entidade.

Silva (2013) descreve os fluxos de atividade, sendo atividade operacional as principais atividades da empresa e as demais que se classificam como de financiamento e investimento. As atividades de investimentos são aquisições e vendas de ativos e outros investimento. E as atividades de financiamento se referem a mudanças no capital próprio e capital de terceiros.

A DFC tem por objetivo evidenciar a origem e aplicação dos recursos, explicar a movimentação do caixa e o resultado das operações da empresa. Essa demonstração pode ser elaborada por dois métodos: o direto e o indireto, sendo que o direto evidencia os tipos de fluxos de pagamentos e recebimentos e o indireto mostra o caminho percorrido a partir do lucro até o caixa (PADOVEZE, 2017).

Bruni (2014), ressalta que a DRE e a DFC se diferenciam, primeiramente em função de uma ser elaborada pela competência e a outra, pelo caixa. A DRE fornece dados do desempenho da empresa e a DFC apresenta as entradas e saídas de recursos líquidos da empresa. Na DFC as receitas e despesas são registradas somente quando efetivados seus recebimentos e pagamentos, diferente da DRE onde estes são reconhecidos no momento da sua ocorrência. É importante que a DFC seja analisada em conjunto com as DRE e balanço patrimonial.

No Quadro 3 é apresentado o modelo da DCF pelo método direto, evidencia os tipos de fluxos de pagamentos e recebimentos:

Quadro 3 – Modelo DFC método direto

Fluxos de caixa das atividades operacionais
(+) Recebimentos de clientes
(-) Pagamentos a fornecedores e empregados
(=) Caixa gerado pelas operações
(-) Juros pagos
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>(=)Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
(+) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
(-) Compra de ativo imobilizado
(+) Recebimento pela venda de equipamento
(+) Juros recebidos
(+) Dividendos recebidos
<i>(=)Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
(+) Recebimento pela emissão de ações
(+) Recebimento por empréstimo a longo prazo
(-) Pagamento de passivo por arrendamento
(-) Dividendos pagos
<i>(=)Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
+/-Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: NBC TG 03

No Quadro 4 é apresentado o modelo da DFC pelo método indireto, que mostra o caminho percorrido a partir do lucro até o caixa:

Quadro 4 – Modelo DFC método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais
Lucro líquido antes do IR e CSLL
Ajustes por:
(+) Depreciação
(-) Perda cambial
(-) Resultado de equivalência patrimonial
(+) Despesas de juros
Aumento nas contas a receber de clientes e outros
(+) Diminuição nos estoques
(-) Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
(=) Caixa gerado pelas operações
(-) Juros pagos
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<i>(=)Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento
(-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
(-) Compra de ativo imobilizado
(+) Recebimento pela venda de equipamento
(+) Juros recebidos
(+) Dividendos recebidos
<i>(=)Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
(+) Recebimento pela emissão de ações
(-) Recebimento por empréstimos a longo prazo
(-) Pagamento de passivo por arrendamento
(-) Dividendos pagos
<i>(=)Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>
(+/-)Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: NBC TG 03

Segundo Silva (2014), através da análise da DFC, pode-se obter uma melhor compreensão dos indicadores de liquidez e de atividade, pois através dela se identifica qual a forma que a empresa está utilizando os seus recursos operacionais e como está financiando as necessidades de giro e investimentos.

2.2.4 Notas explicativas

Segundo Padoveze (2017), as notas explicativas auxiliam os usuários no entendimento das demonstrações contábeis, pois possuem informações sobre critérios utilizados e modificações nas políticas e práticas contábeis. Complementando com Perez Junior (2015), as informações apresentadas nas demonstrações contábeis não se mostram suficientes para que seja efetuada uma análise adequada da situação da empresa, portanto são elaboradas as notas explicativas que tem o papel de auxiliar nessa análise. O conteúdo das notas explicativas deve conter informações detalhadas e que realmente auxiliem os usuários para a melhor compreensão da situação econômico, patrimonial e financeira da entidade.

A Lei 6.404/1976, no seu art. 176, §4º e §5º, dispõe sobre as notas explicativas:

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas explicativas devem: I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e IV – indicar: a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; f) o número, espécies e classes das ações do capital social; g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Conforme NBC TG 26, as notas explicativas são adicionais as demonstrações contábeis, pois fornecem informações de itens que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estas informações não estão explícitas nas demonstrações contábeis, porém são requeridas pelas normas, interpretações e comunicados

técnicos ou são relevantes para a compreensão das demonstrações. Por isso é importante utilizar as notas explicativas para que a análise dos indicadores financeiros fique correta.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise econômico-financeira auxilia no processo de tomada de decisão, pois tem por objetivo extrair os dados das demonstrações contábeis visando interpretá-los de forma a obter informações importantes para seus usuários. O analista não tem como objetivo principal saber calcular, mas sim saber interpretar os dados obtidos e assim apontar os pontos fortes e fracos da empresa e propor sugestões para o futuro (PADOVEZE; BENENICTO, 2011).

Perez Junior (2015, p. 302), ressalta que “a análise das demonstrações financeiras é essencial para os usuários do sistema de informações atenderem seus interesses específicos”. Segundo o mesmo autor, pode-se citar como interesses, verificar as condições que a empresa tem de ser financiada e por quanto tempo; a atratividade da empresa em relação a compra de ações e a investimentos por parte de credores; os investidores verificam através da análise se os resultados da empresa se mostram satisfatórios.

Complementando com a opinião de Assaf Neto (2015), a análise das demonstrações contábeis visa apresentar informações sobre a situação passada, presente e futura de uma empresa, identificando quais as causas da evolução e quais as tendências futuras. As conclusões da análise podem ser diferentes do ponto de vista de cada analista e isso vai depender do conhecimento técnico de cada um, da intuição e da própria experiência.

Para Ludícibus (2010), “a análise de balanços é uma arte”, pois apesar de existirem os cálculos formalizados, cada analista pode chegar a conclusões diferentes, assim pode-se dizer que não há uma forma comprovada de interpretar os índices.

2.3.1 Análise por quocientes

A análise por quocientes geralmente evidencia o grau de endividamento, a liquidez e a rentabilidade da empresa, porém podem ser extraídos outros quocientes

caso haja necessidade de conhecer outros detalhes das demonstrações financeiras. “Os quocientes são índices extraídos das demonstrações financeiras por meio de confrontos entre contas ou grupos de contas” (RIBEIRO, 2015, p. 154).

Corroborando com Padoveze e Benedicto (2011), a análise por indicadores é a representação das relações de itens patrimoniais do balanço ou da relação dos itens da DRE com o balanço. Através dos resultados encontrados verifica-se o desempenho e a situação da empresa.

Iudícibus (2010) ressalta que a análise por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da contabilidade, pois é muito melhor comparar os elementos em conjunto do que individualmente.

Bruni (2014, p. 123) explica:

Os indicadores de liquidez estudam a solvência ou a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela empresa e podem exercer impactos sobre a rentabilidade. Para poder discutir os impactos dos diferentes níveis de liquidez da empresa sobre a rentabilidade, podemos usar o retorno sobre investimentos ou o retorno sobre PL.

2.3.1.1 Indicadores de liquidez

Esses quocientes indicam a capacidade de pagamento da empresa frente as suas obrigações junto a terceiros, ou seja, se ela tem ou não solidez financeira. Esses indicadores são calculados com base nos dados do balanço patrimonial (RIBEIRO, 2015).

Perez Junior (2015) salienta que os indicadores de liquidez são um dos principais tipos de índices, pois apresentam a situação financeira da empresa e demonstram se ela é capaz de pagar as suas obrigações. Os indicadores de liquidez mais utilizados são: liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata.

O Quadro 5 apresenta a definição e forma de cálculo de cada indicador de liquidez:

Quadro 5 – Definição e fórmula dos indicadores de liquidez

Índice	Liquidez geral	Liquidez corrente	Liquidez seca	Liquidez Imediata
Definição	Evidencia qual a capacidade de pagamento das dívidas de curto e longo prazo diante de seus ativos realizáveis de curto e longo prazo, levando sempre em consideração as datas de vencimentos.	Evidencia qual a capacidade e da empresa em cumprir com suas obrigações de curto prazo, mostrando se a empresa tem ou não capital circulante líquido.	Demonstra o quanto a empresa pode realizar em curto prazo para cumprir com suas obrigações de curto prazo, porém este índice, diferente da liquidez corrente, não considera os valores de estoques para cálculo.	Demonstra o quanto a empresa possui de disponível ou seja quanto dinheiro em caixa, bancos a aplicações de liquidez imediata, para pagar os seus passivos de curto prazo.
Fórmula	$\frac{AC + \text{realizável a LP}}{PC + PNC}$	$\frac{AC}{PC}$	$\frac{AC - \text{estoques}}{PC}$	$\frac{Cx \text{ e equiv. de cx.}}{\text{Passivo circulante}}$

Fonte: Perez Junior (2015); Assaf Neto (2015); Ribeiro (2015); Bruni (2014)

Ribeiro (2015) explica que o índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa tem de recursos financeiros para cada R\$ 1,00 de obrigação total. Quanto maior for este quociente melhor para a empresa. Deve-se lembrar que, nem sempre o quociente sendo menor que R\$ 1,00 significa situação de insolvência e um quociente muito alto não significa maior solvência, pois sobra de dinheiro no caixa não é rentável, por isso analisa-se os demais quocientes em conjunto.

Bruni (2014) explica que a análise da liquidez corrente geralmente demonstra a solvência de curto prazo, ou seja, as contas de ativos e passivos circulantes. O problema deste indicador é que as contas consideradas para cálculo, possuem grau de risco e realização diferentes, podendo esses valores não se realizarem no curto prazo.

Ribeiro (2015, p. 167) explica que o quociente de liquidez seca “revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo. Quanto maior este quociente, melhor.” O mesmo autor explica que a fórmula demonstrada será utilizada se já estiverem deduzidos do ativo circulante os valores

de impostos a recuperar e despesas do exercício seguinte. Para se obter conclusões mais adequadas é importante que este índice seja analisado juntamente com o índice de liquidez corrente. Bruni (2014) explica que os estoques não são de fato vendáveis, e o indicador de liquidez seca, subtrai estes valores do ativo circulante, considerando para o cálculo apenas os valores realizáveis no curto prazo, sem eventuais vendas de estoque.

Para Padoveze (2013), o índice de liquidez imediata é o que realmente apresenta a liquidez, pois considera os valores que podem ser disponibilizados imediata ou quase imediatamente para pagamento das obrigações. O autor não considera recomendável as empresas manterem altos graus de liquidez, principalmente a imediata, mas diante da situação de dificuldades que as empresas enfrentam em nosso país, manter esses indicadores altos é natural e favorável.

2.3.1.2 Indicadores de estrutura de capital e endividamento

Esses indicadores mostram o quanto a empresa se utiliza de capital de terceiros para financiar a sua atividade, ou seja, quanto a empresa depende destes recursos de terceiros. Os indicadores deste grupo visam analisar qual a estratégia da empresa para captação e aplicação dos recursos. No geral, quanto menor forem estes índices, melhor (PEREZ JUNIOR, 2015).

Marion (2013) explica que esses indicadores é que nos permitem definir qual o endividamento da empresa e quais os recursos mais utilizados, de terceiros ou próprios. Para o autor, é vantajoso se financiar através de capital de terceiros, principalmente em tempos de altas inflações, pois muitos desses capitais não geram encargos financeiros visíveis, porém deve-se ter cuidado para não exagerar no nível desta dívida, pois se o capital de terceiros for muito mais do que o capital próprio, torna a empresa suscetível a adversidades.

O Quadro 6 demonstra os indicadores de endividamento, definições e fórmulas.

Quadro 6 – Definição e fórmulas dos indicadores de endividamento

Índice	Nível de endividamento	Composição do endividamento	Imobilização do patrimônio líquido
Definição	Apresenta qual a proporção entre capital próprio e o capital de terceiros. Mostra se a empresa é capaz de quitar as suas obrigações através dos seus recursos próprios.	Expressa qual a quantidade de endividamento no curto prazo, em relação ao total das dívidas.	Demonstra o quanto do patrimônio líquido está aplicado no ativo não circulante, na conta de imobilizado.
Fórmula	$\frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{Patrimônio líquido}}$	$\frac{\text{Passivo circulante}}{\text{PC} + \text{PNC}}$	$\frac{\text{Imobilizado} + \text{intangível}}{\text{Patrimônio líquido}}$

Fonte: Perez Junior (2015); Padoveze e Benedicto (2011); Silva (2013)

Sobre o nível de endividamento “a interpretação de bom ou ruim depende do custo de captação dos recursos e do retorno obtido na aplicação dos mesmo.” (PEREZ JUNIOR, 2015, p. 316).

Silva (2013) explica sobre a composição do endividamento que o fato de a empresa estar com maior grau de endividamento no curto prazo em relação a dívida total não significa um fato negativo. “É preciso conhecer a estrutura geral da empresa quanto à sua participação de capitais de terceiros, sua capacidade de geração de recursos e mesmo sua condição de renovar a dívida de curto prazo junto aos credores, se necessário” (SILVA, 2013, p. 274).

Sobre o índice de imobilização do patrimônio líquido, Bruni (2014) explica que em relação a solvência, quanto menor este índice, melhor, pois quanto menos recursos dos sócios aplicados no imobilizado, maior a folga financeira da empresa.

2.3.1.3 Indicadores de atividade

Os indicadores de giro e prazo têm por objetivo medir o desempenho das atividades operacionais da empresa, como compras, vendas, pagamentos e recebimentos. Através deste estudo dos prazos recebidos e concebidos, busca-se entender o giro das contas e como estas se renovam, identificando assim, como estes prazos afetam os ciclos de negócios da empresa. Os indicadores de atividade devem ser analisados em conjunto com os demais (BRUNI, 2014).

O Quadro 7 apresenta cada indicador de atividade, sua definição e forma de cálculo.

Quadro 7 – Definição e fórmulas dos indicadores de atividade

Índice	Prazo médio de recebimento das vendas	Prazo médio de pagamento das compras	Prazo médio de rotação dos estoques
Definição	Indica quanto tempo, em média, a empresa leva para receber os valores das suas vendas a prazo. Geralmente para o cálculo deste indicador, se utiliza a base em dias.	É a média de dias que a empresa tem para pagar os seus fornecedores.	Quanto dias os produtos permanecem no estoque antes da venda. O ideal é de que o giro do estoque seja rápido.
Fórmula	$\frac{\text{Duplicatas a receber} \times 360}{\text{Vendas a prazo}}$	$\frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{Compras}}$	$\frac{\text{Estoque} \times 360}{\text{CMV}}$

Fonte: Bruni (2014); Silva (2013); Marion, (2013); Perez Junior (2015)

Silva (2013) explica que, com base em análise de risco, o indicador de prazo médio de recebimento das vendas deve ser quanto menor, melhor. Porém ele não deve ser analisado sozinho e sim juntamente com os indicadores de prazo de pagamentos e rotação de estoques. Se analisados em conjunto, o resultado da análise será mais confiável.

Silva (2013) ressalta que, no geral quanto maior o indicador de prazo médio de pagamento das compras, melhor, mas deve-se observar o motivo pelo qual os fornecedores encontram-se em alto volume, sendo que, se for por atrasos nos pagamentos, não será bom este volume.

Segundo Silva (2013), quanto maior o indicador de prazo médio de rotação dos estoques, melhor, mas para uma análise adequada do ciclo financeiro, deve ser verificado juntamente com os indicadores de PMRV e PMPC.

O ciclo completo de cada atividade é dividido em três conceitos: ciclo operacional, financeiro e econômico. O ciclo operacional demonstra as fases existentes dentro da empresa, desde compra de materiais até recebimento de clientes. O ciclo financeiro apresenta o intervalo de tempo entre a compra e o recebimento de clientes. E o ciclo econômico é o planejamento entre produção e recebimento de vendas (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

$\text{CICLO OPERACIONAL} = \text{PMRE} + \text{PMRV}$
$\text{CICLO FINANCEIRO} = \text{PMRE}$
$\text{CICLO ECONÔMICO} = \text{CO} - \text{PMPC}$

No próximo item serão apresentados os indicadores de rentabilidade.

2.3.1.4 Indicadores de rentabilidade

A rentabilidade tem por objetivo demonstrar a alavancagem financeira, ou seja, verificar se a utilização do capital de terceiros está trazendo benefícios aos acionistas (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

Bruni (2014, p. 210) explica que a análise da rentabilidade é importante, pois “quanto maior o retorno ou a rentabilidade de uma operação, geralmente maiores são as possibilidades de criação de valor.” Esses indicadores de rentabilidade devem ser observados juntamente com os riscos da empresa. O mesmo autor explica que os indicadores de rentabilidade têm por objetivo analisar os lucros gerados em relação aos investimentos, e existem diferentes tipos.

Ribeiro (2011), explica que os quocientes de rentabilidade mostram a capacidade econômica da empresa. Para se verificar a rentabilidade do capital investido são confrontadas contas da DRE e do BP. O autor descreve quatro tipos de quocientes: giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

O Quadro 8 apresenta os indicadores de rentabilidade, suas definições e fórmulas.

Quadro 8 – Definição e fórmulas dos indicadores de rentabilidade

Índice	Giro do ativo	Margem líquida	ROI	ROE
Definição	Representa a velocidade em que os ativos operacionalizados se transformam em vendas. Quanto mais a empresa tiver capacidade de faturar utilizando o mesmo investimento, maior a geração de lucros.	Compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas, apresentando o percentual de lucratividade. No geral quanto maior este índice, melhor.	Evidencia a capacidade da empresa em gerar lucros em relação aos investimentos. Deve-se verificar qual o tempo necessário para o retorno dos capitais investidos.	Mostra quanto a empresa obtém de lucro líquido em relação ao capital próprio investido.
Fórmula	$\frac{\text{Vendas líquidas}}{\text{Ativo total}}$	$\frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Vendas líquidas}}$	$\frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Ativo total}}$	$\frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Patrimônio líquido}}$

Fonte: Ribeiro (2011), Silva (2013); Padoveze e Benedicto (2011); Bruni (2014)

Bruni (2014), ressalta que o índice da rentabilidade do ativo é um dos mais importantes da análise financeira, pois representa a relação entre os resultados da empresa e os recursos investidos. O ROI expressa o ganho da operação em relação aos investimentos.

2.3.2 Grau de alavancagem financeira (GAF)

Padoveze e Benedicto (2011) explicam que o GAF evidencia a eficiência das aplicações dos recursos de terceiros com objetivo de melhorar os resultados dos sócios, ou seja, a utilização de empréstimos e financiamentos com finalidade de aumentar o retorno aos sócios.

Segundo Silva (2014), a alavancagem financeira avalia de que forma a empresa consegue utilizar encargos financeiros fixos para aumentar os seus resultados retornando valores aos sócios. A tomada de empréstimos também gera benefícios fiscais, pois são deduzidas as despesas com juros antes do cálculo do Imposto de Renda. Deve-se observar que empresas com alto grau de alavancagem têm mais risco de falência.

O GAF é “a capacidade que os recursos de terceiros apresentam de elevar os resultados líquidos dos proprietários” (ASSAF NETO, 2015, p. 132)

O GAF é calculado pela seguinte fórmula:

$$GAF = \frac{\text{Rentabilidade do PL (ROE)}}{\text{Rentabilidade do Ativo (ROI)}}$$

Se GAF maior que 1,00 significa que ocorreu alavancagem, ou seja, é vantajoso captar recursos de terceiros. Se menor que 1,00, não alavancou, ou seja, os custos dos empréstimos não retornam em capital próprio (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

2.3.3 Grau de alavancagem operacional (GAO)

Segundo Assaf Neto (2015), o GAO mostra a presença dos custos e despesas fixas nos resultados da empresa. Quanto maior o GAO, melhor e também maior o risco operacional.

$$GAO = \frac{\text{Margem de contribuição}}{\text{Lucro operacional}}$$

Silva (2014) explica que a alavancagem operacional nos permite analisar a viabilidade econômica da empresa, possibilitando ao analista identificar o impacto no resultado da empresa, a partir de variações no volume das vendas.

2.3.4 Análise horizontal e vertical

Bruni (2014, p. 105), afirma que as análises horizontal e vertical são as “duas formas mais elementares de análises de demonstrativos financeiros”, ou seja, são as mais simples das análises. As análises horizontal e vertical se baseiam em um parâmetro, sendo na horizontal o ano inicial e na vertical o total dos ativos, ou passivos mais PL, e os cálculos dos demais anos são analisados em relação ao parâmetro, que será considerado 100%.

Na análise vertical é verificada a composição dos números em determinado ano em relação ao total de ativos, ou passivos mais PL no balanço patrimonial e em relação ao total das receitas na DRE, ou seja, a representatividade de cada conta em relação a conta base. Na análise vertical o lucro bruto é denominado como índice de margem bruta e o lucro líquido como índice de margem líquida. A análise horizontal, é o estudo da “evolução das contas patrimoniais ao longo do tempo” (BRUNI, 2014, p. 110).

Assaf Neto (2015, p. 113) ressalta que “o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação”, pois o valor de uma conta analisado de forma isolada não demonstra sua real situação e o seu comportamento durante os anos ou dentro do mesmo ano. O autor explica que a análise horizontal compara os itens do balanço patrimonial e da DRE com os mesmos itens do período passado, que é o período utilizado como base, revelando a sua evolução. Na análise vertical, verifica-se a participação de cada conta em relação a conta base, que no balanço patrimonial é o total dos ativos e do passivo e na DRE é o total das receitas.

Segundo Marion (2013), análise vertical analisa dados de um mesmo período, sendo esta análise feita pela divisão de um número pelo outro, assim nossos olhos leem no sentido vertical e na análise horizontal compara-se valores de vários períodos, sendo assim se lê no sentido horizontal.

Silva (2013) afirma que as análises horizontal e vertical, auxiliam na interpretação de outras formas de análise, sendo um complemento de análise, não devendo-se utilizar somente das análises horizontal e vertical para se verificar a situação financeira da empresa.

2.4 TURISMO

O turismo tem papel importante para a economia mundial. Knupp (2015) ressalta que o turismo é importante para o desenvolvimento econômico das regiões e que o mesmo se mostra em constante crescimento, sendo que uma das principais contribuições para este crescimento é o avanço da tecnologia. Knupp (2015, p. 17) explica de que forma a tecnologia contribui para o turismo:

Permitiu a adoção de meios de transportes cada vez mais rápidos e eficientes. A inserção de novas práticas gerenciais nos estabelecimentos, bem como a adoção de equipamentos que os deixaram mais confortáveis,

também foram importantes.

Beni (2012, p. 206), explica o turismo como “um fenômeno social de deslocamento de um sujeito de seu espaço e tempo, rotineiros para a realização de atividades de lazer, culturais, educacionais, sociais, profissionais e de saúde, entre outras”. O mesmo autor ressalta a importância de se preservar o patrimônio das cidades, de buscar políticas públicas voltadas a espaços públicos, tendo em vista a melhora da qualidade de vida da população regional e maior integração entre os povos e culturas (BENI, 2012). O turismo surgiu na antiguidade, Ignarra (2013, p. 2), explica:

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, com visita a um local diverso da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, o turismo teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer.

Desde antigamente, muito antes de Cristo, o turismo já era voltado muito mais para a questão econômica, tendo em vista que os homens viajavam em busca de conhecer novas terras para exploração dos seus negócios. O turismo também era motivado pela religião, saúde e prática de esportes (IGNARRA, 2013).

A Organização Mundial do Turismo o define como:

O conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado (DIAS, 2003, p. 45).

Dias (2003), explica que o turismo vem crescendo desde a Revolução Industrial, devido a facilidade de acesso a informações. Outro fator que contribui para este crescimento é o aumento da produtividade de homem, tendo como consequência o aumento de tempo livre, pois as jornadas de trabalho são menores.

Em 2016, na celebração do dia mundial do turismo a Organização Mundial do Turismo, teve como lema “Turismo para todos, promover a acessibilidade para todos”, pois é de sua responsabilidade promover um turismo que seja acessível a toda a população. UNWTO (2016), ressalta a importância do turismo acessível para todos, não somente por questões humanas, mas também para o crescimento de negócios,

tendo em vista a melhora da qualidade do turismo e do aumento de competitividade. UNWTO (2016, p. 4), explica que “a Organização Mundial da Saúde estima que 15% da população mundial, aproximadamente 1.000 milhão de pessoas, tem algum tipo de deficiência”.

No Brasil, em 2016, o turismo apresentou crescimento em torno de 38% na receita comparado com o ano anterior, e esse aumento se deu em função da realização dos jogos olímpicos sediados no país. Isso significa impacto positivo para a economia (HENRIQUES, 2016).

O boletim de desempenho do turismo, Ministério do Turismo (2017), mostra que o setor apresentou um crescimento de 4,3% no primeiro trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2016, e isso se deu principalmente pelo aumento na demanda doméstica e pela perspectiva de reação da economia, que se mostra em recuperação, com um crescimento lento.

Segundo Fideles (2017), em setembro de 2016 o número de pessoas com intenção de viajar pelo país nos próximos meses cresceu 24,3% em relação ao mesmo período de 2015, sendo que os destinos mais procurados pelos turistas estão na região nordeste. Observa-se também que a maioria dos turistas preferem se hospedar em hotéis e pousadas.

O turismo é importante para a economia, segundo pesquisa divulgada pelo Ministério do Turismo, no Plano Nacional do Turismo 2013-2016, “a participação do turismo na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do nosso país. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6%.” (Ministério do Turismo, 2017, p. 11). Segundo a pesquisa o turismo será grande responsável por geração de empregos até o ano de 2022, tendo como atividades principais de geração a hotelaria, restaurantes, agências de viagens, entre outros.

2.5 HOTELARIA

O segmento de hotelaria se mostra de grande importância para o desenvolvimento do turismo, Zancan, *et al* (2015, p. 10), explica:

Os serviços de hospedagem encontram-se no último elo da cadeia dos serviços turísticos e configuram-se como um dos mais importantes, pois representam a base de permanência temporária do turista, que, de uma forma geral, busca encontrar a extensão de sua residência, ou seja, serviços que reproduzam o mesmo padrão de conforto de sua residência habitual.

Chon (2014, p. 4), explica que a indústria da hospitalidade surgiu para “prestar serviços a pessoas que estão longe de suas casas.” Essa indústria surgiu 4.000 a.C., pela necessidade de abrigar pessoas que viajavam a negócios. A indústria da hospitalidade está interligada com a de viagens e turismo, formando assim uma indústria grande contribuinte do crescimento da economia.

Com o passar dos anos, em meio a avanços tecnológicos, as pessoas passaram a viajar cada vez mais em busca de negócios, lazer e outras atividades. Em função deste aumento na demanda, a indústria de hospedagem também começou a crescer e conseqüentemente, buscar cada vez mais melhorias em seus serviços para satisfazer seus hóspedes e manter-se competitiva no mercado (CHON, 2014).

Castelli (2016, p. 4), ressalta a importância da hospitalidade para um hotel: “a hospitalidade passa a ser considerada importante insumo do produto hoteleiro”. Para o autor a hospitalidade pode ser resumida a três componentes: ato voluntário, de inclusão e integrador. Assim como outros negócios os hotéis devem manter uma boa gestão e estar atualizados com o mercado do setor, para manterem-se competitivos.

Conforme pesquisa realizada por Zancan, *et al* (2015), com o objetivo de analisar as características das redes de hotéis brasileiros, foi identificado que os serviços de hotelaria de mostram semelhantes:

Com base na verificação das semelhanças dos serviços oferecidos em 4158 hotéis analisados, notou-se predominância dos seguintes serviços: restaurante, bar e elevador. Essa relação de serviços definiu a rede com densidade de 0,08, ou seja, do total de pontos comuns possíveis de serem encontrados entre os hotéis, apenas 8% se fazem presente entre eles. Ainda, com base na identificação de subgrupos, notou-se a existência de 68 subgrupos com o mínimo de três organizações. Isto demonstra que apesar dos serviços oferecidos identificados como semelhantes constituírem uma necessidade para atividade hoteleira, o compartilhamento de características de estrutura é restrito para poucos hotéis (ZANCAN *et al*, 2015, p. 11).

Alencar (2014), ressalta a importância do segmento hoteleiro para as pessoas que viajam, e que estão cada vez mais exigentes. “Os hotéis devem entregar uma experiência emocional, fazendo com que as pessoas vejam no local uma identificação

com o seu estilo de vida” (ALENCAR, 2014). O mesmo autor destaca a importância do atendimento, tanto na recepção quanto nos demais serviços, sendo que os mesmos devem ser prestados por pessoas “descoladas”. Esses novos conceitos a serem aplicados nos hotéis são diferenciais essenciais para o sucesso do segmento.

A rede de hotelaria do Brasil teve um crescimento de 70% de 2011 até 2012, e isso ocorreu em função dos eventos realizados no país. Esse crescimento traz uma melhora para o setor de turismo, tornando os municípios cada vez mais preparados para receber turistas. É importante que o país promova mais eventos para que o turismo continue em crescimento (AGENCIA BRASIL, 2017).

Segundo IBGE (2017), os eventos esportivos realizados no Brasil entre 2013 e 2016, levaram o país a investir em infraestrutura, com novas construções e algumas reformas. O setor hoteleiro também investiu em adequações, para melhor atender os seus hóspedes.

A pesquisa de serviços de hospedagem, realizada pelo IBGE (2017), mostra quatro unidades da federação com maior número de estabelecimentos (48%), unidades habitacionais (48,8%) e leitos (48,7%), são elas: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

Dentre os estabelecimentos pesquisados, verificou-se que 47,9% do total são hotéis. Do total de estabelecimentos, observou-se que a média por estabelecimento é de 32 unidades habitacionais e 77 leitos.

Hosteltur (2017), mostra que algumas empresas do setor de turismo apresentaram crescimento no primeiro trimestre de 2017, porém no segmento de hospedagem foi registrada queda de 0,4%. A perspectiva é de que os negócios no setor de turismo continuem crescendo, tendo em vista uma melhora da economia brasileira.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, é realizado um estudo de caso, onde, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, buscou-se evidenciar qual a situação econômico-financeira das empresas estudadas, e a comparação do desempenho das mesmas no período de 2012 a 2016, antes e durante crise econômica brasileira. É usado um estudo de caso relacionado as empresas do segmento de hotelaria da bolsa de valores, visando aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

O estudo de caso, segundo Wickert (2006), caracteriza-se pelo estudo concreto de um único caso e é o preferido dos autores que desejam aprofundar os conhecimentos desta forma.

Segundo Martins (2007), o estudo de caso trata-se de uma técnica que têm por objetivo o estudo de uma unidade, analisando-a profunda e intensamente. É uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real.

Para Fachin (2005), o estudo de caso é caracterizado por ser um estudo intensivo. É levada em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. Quando o estudo é intensivo podem até aparecer relações que de outra forma não seriam descobertas. O direcionamento do método, estudo de caso, se dá com a obtenção de uma descrição e compreensão completas das relações dos fatores em cada caso.

Segundo Gil (2010), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa utilizada em ciências biométricas e sociais. É um estudo profundo, mas que permite seu amplo e detalhado conhecimento.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Casarin (2012), pesquisa qualitativa envolve a descrição de certo fenômeno, definindo sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores. Nesta abordagem busca-se explicar a sua ocorrência baseando-se em modelos contextuais variados. As pesquisas qualitativas podem apresentar características de subjetividade, multiplicidade, interpretação, narração, coleta de dados e análise de dados.

Segundo Wickert (2006), pesquisa qualitativa são as análises mais profundas do fenômeno estudado, esta visa destacar características não observadas em estudo quantitativo. A análise qualitativa pode ser uma forma adequada de conhecer a natureza de um fenômeno social. Na contabilidade é comum o uso dessa tipologia de pesquisa, tendo em vista que a Contabilidade é uma ciência social.

Para Fachin (2005) a variável qualitativa é caracterizada por aspectos definidos descritivamente, ou seja, por meio de descrição analítica e não medidas ou contadas. Os atributos são aspectos qualitativos nas variáveis da pesquisa, e em sua descrição não se utilizam números, porém isso não significa que a quantificação não possa ser aplicada para determiná-los.

A pesquisa quantitativa tem objetivo de quantificar ou mensurar uma ou mais variáveis estudadas, sendo assim utiliza-se de modelos matemáticos e dados estatísticos. Nesta pesquisa se avalia o comportamento de uma variável analisando com que frequência ela ocorre. Através dessa análise busca-se explicações ou soluções que esclareçam o fenômeno observado. Pesquisa quantitativa caracteriza-se pela objetividade, mensuração, análise estatística, objetivos e coleta de dados (Casarin, 2012).

Segundo Wickert (2006), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta, quanto no tratamento dos dados. Fachin (2005) explica que a variável quantitativa, é definida em relação aos dados ou à proporção numérica. A quantificação científica abrange um sistema lógico que sustenta a atribuição de números, com resultados eficazes.

Em relação aos objetivos a pesquisa se identifica como descritiva e bibliográfica. Segundo Gil (2011), o objetivo principal das pesquisas descritivas é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Esta pesquisa tem característica a utilização de técnicas padrões de coleta de dados. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência entre variáveis, buscando determinar a natureza dessa relação.

Andrade (2012) cita como principal característica da pesquisa descritiva a coleta de dados, sendo que os fatos extraídos desta coleta, são observados, analisados e interpretados, sem interferência do autor. Esse tipo de pesquisa pode ser próximo da exploratória quando atribuí forma mais simples, ou quando mais complexa fica próxima das explicativas.

Em relação à pesquisa bibliográfica Gil (2011), define que a mesma é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem desta pesquisa está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Em vista disso essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Para Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica é um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Esta pesquisa coloca o autor em contato com tudo o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo assim ao cientista o reforço na análise de suas pesquisas.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de coleta e análise dos dados são:

- Revisão bibliográfica em livros, periódicos, legislação, sobre análise e estrutura das demonstrações contábeis, economia, turismo e hotelaria;
- Levantamento dos dados das demonstrações contábeis das empresas da bolsa de valores (B3), no período de 2012 a 2016: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas;
- Análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

4 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS SELECIONADAS

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO

No setor econômico de consumo cíclico, subsetor de hotéis e restaurantes e segmento de hotelaria da B3, são encontradas duas empresas, sendo elas Hotéis Othon S.A. e Sauipe S.A.

4.1.1 Contextualização da empresa Hotéis Othon S.A.

A Hotéis Othon S.A. foi fundada em 1963 por Othon Lynch Bezerra de Mello e é uma das maiores redes brasileiras de hotéis, é uma sociedade anônima de capital aberto, tem como objetos sociais: exploração da indústria hoteleira, em qualquer das suas modalidades e outras atividades correlatas como a exploração do comércio varejista ou de entretenimento nas dependências das unidades hoteleiras; fornecimento a terceiros de serviços relacionados aos hotéis: lavanderia e outros; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica do ramo hoteleiro e serviços conexos; contratação de músicos e artistas, bem como promoção de eventos musicais e espetáculos artísticos ao vivo; prática de operação no mercado de câmbio de taxas flutuantes (dólar turismo) tal como reguladas pelo Banco Central do Brasil; participação no capital de outras sociedades.

O primeiro hotel foi construído no Rio de Janeiro, seguindo por São Paulo, Bahia, Minas Geras. A rede foi crescendo e em 2000 começou a atuar no mercado internacional, com 11 unidades. Além de hotéis a rede Othon conta com pousadas e administrações de condomínios.

Apesar de conservar a tradição das características arquitetônicas, a Othon está sempre pensando no futuro, tendo como referência de hotelaria nacional de luxo o Rio Othon Palace, localizado em Copacabana, o qual atende um público de executivos.

Os Hotéis Othon buscam investir constantemente na melhoria do atendimento, e além disso, a rede mantém parcerias para cuidar de projetos sociais, como a inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho

hoteleiro. Contam com os projetos UERE (atende a menores carentes) e *CLEAN THE WORLD* (proteção ambiental), entre outros (CIA HOTÉIS OTHON).

4.1.2 Contextualização da empresa Sauipe S.A.

A Sauipe S.A. foi fundada em 1995 e é uma sociedade por ações de capital aberto, localizada no estado da Bahia, na costa do Sauipe, a 76 km de Salvador e tem por objeto social implantação, gerenciamento e exploração comercial de ativos imobiliários próprios ou de terceiros; a implantação e administração de complexos turísticos, hotéis, pousadas, incluindo resorts, no Brasil ou no exterior, abrangendo todas as atividades complementares relacionadas direta ou indiretamente a esta atividade; prestação de serviços e promoção de eventos; prestação de serviços de consultoria hoteleira e turística em geral.

A rede Sauipe é formada por resorts, pousadas e sauipe premium, os quais proporcionam diversas atividades para seus hóspedes, como lazer, entretenimento, gastronomia, compras, atividades ecológicas e de aventuras (COSTA DO SAUIPE).

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através dos cálculos dos indicadores, com base nas demonstrações contábeis, foram feitas análises das duas empresas para se verificar o comportamento dos indicadores e identificar se a crise econômica atual do Brasil, a copa do mundo FIFA 2014 e as olimpíadas Rio 2016 realizadas no país afetaram os resultados das mesmas. Através dos resultados encontrados pelos indicadores, serão analisadas as contas que mais tiveram variações nos anos de 2012 a 2016 e quais os fatos que geram essas variações. A base dos cálculos será o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as notas explicativas.

4.2.1 Indicadores de liquidez

A Quadro 9 apresenta os indicadores de liquidez das empresas estudo de caso.

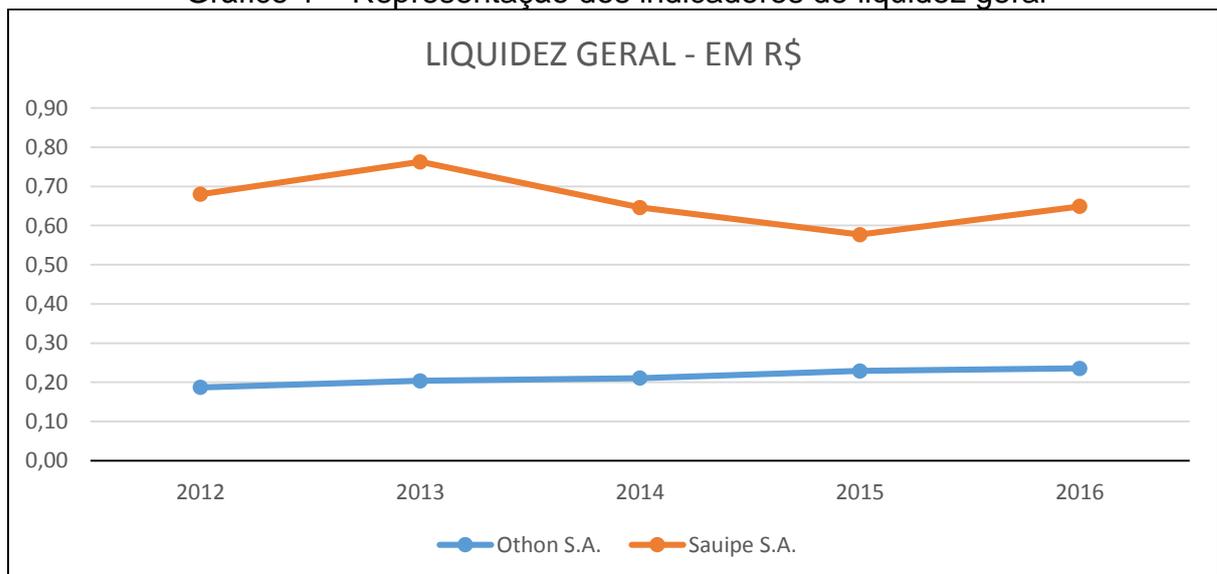
Quadro 9 – Indicadores de liquidez

INDICADORES DE LIQUIDEZ						
LIQUIDEZ GERAL	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,15	0,20	0,21	0,23	0,24
	Sauipe S.A.	0,68	0,76	0,65	0,58	0,65
LIQUIDEZ CORRENTE	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,30	0,34	0,38	0,34	0,30
	Sauipe S.A.	0,58	0,81	0,74	0,66	0,81
LIQUIDEZ SECA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,29	0,32	0,36	0,32	0,29
	Sauipe S.A.	0,48	0,71	0,65	0,58	0,72
LIQUIDEZ IMEDIATA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,01	0,02	0,03	0,02	0,00
	Sauipe S.A.	0,11	0,06	0,07	0,09	0,12

Fonte: Dados de pesquisa

No Gráfico 1 são apresentados os indicadores de liquidez geral das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 1 – Representação dos indicadores de liquidez geral



Fonte: Dados de pesquisa

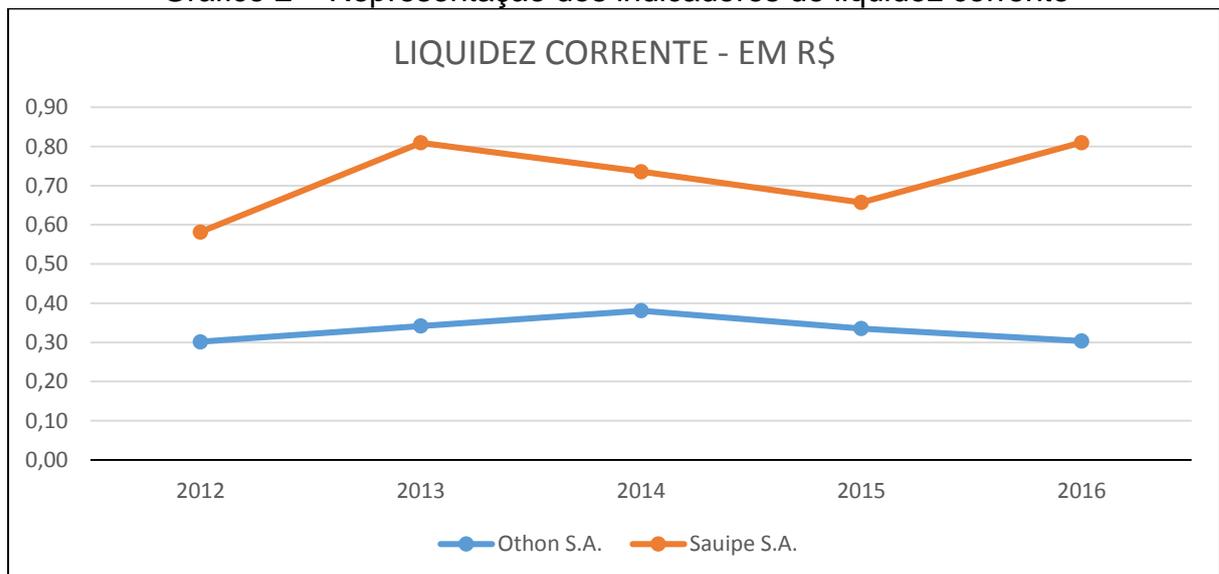
Através dos resultados apresentados na Quadro 09, pode-se observar que a empresa Othon S.A. tem melhores resultados em 2014 e 2016, e a Sauipe S.A. em

2013 e 2014. Em relação a liquidez geral, apresentada no Gráfico 1, as empresas não possuem recursos para cumprir com as suas obrigações em nenhum dos anos analisados. A empresa Othon S.A, apresenta no ano de 2016 o melhor indicador, R\$ 0,24. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo ativo realizável a longo prazo, especificamente a conta de créditos com partes relacionadas, que foi maior do que nos demais anos. O ano com menor indicador de liquidez geral foi 2012, R\$ 0,15, e isso se dá principalmente por ter mais dívidas e menos recursos no ativo do que nos demais anos analisados.

A liquidez geral, na Sauipe S.A., apresenta melhores resultados no ano de 2013, com valor de R\$ 0,76. Neste ano a empresa apresenta menores valores de dívidas, principalmente no PNC na conta de passivos com partes relacionadas.

No Gráfico 2 são apresentados os indicadores de liquidez corrente das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 2 – Representação dos indicadores de liquidez corrente

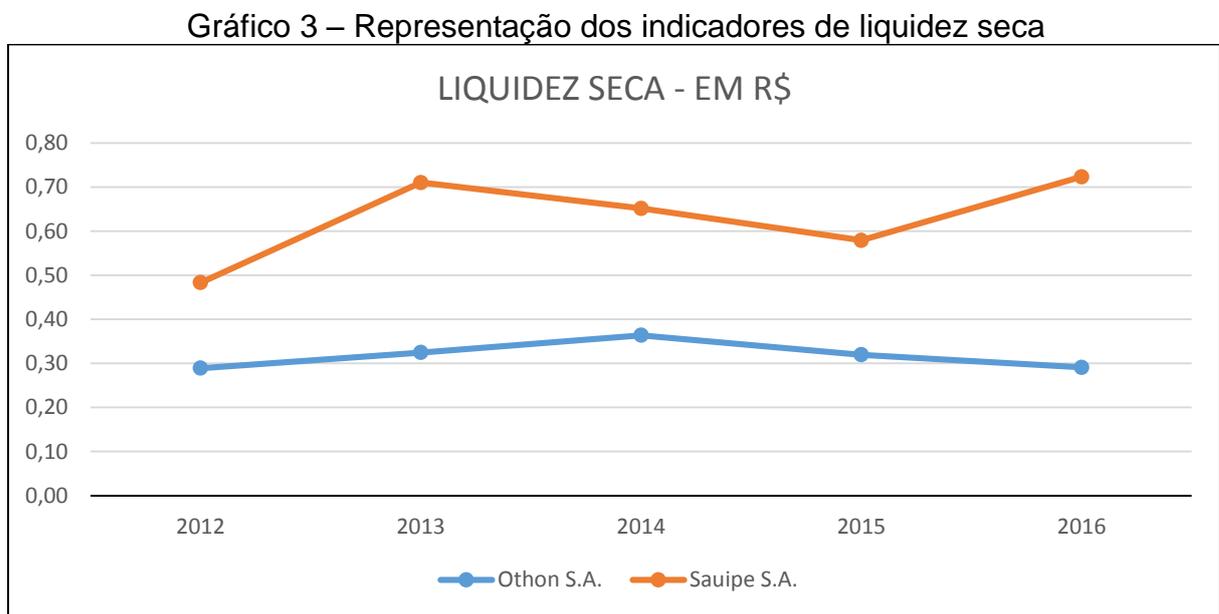


Fonte: Dados de pesquisa

Conforme Gráfico 2, as empresas apresentam dificuldade para cumprir com suas obrigações de curto prazo, através de recursos de curto prazo, nos anos analisados. A Othon S.A. apresentou um melhor indicador de liquidez corrente em 2014, isso porque no ano de 2014 foi o segundo com menores valores de dívidas de curto prazo, sendo que 2013 foi o que possuía menor valores, com uma variação de 3,12%, porém os recursos de curto prazo aumentaram em 2014 em relação a 2013 com uma variação de 14,93%.

Os anos de 2013 e 2016 apresentam os melhores resultados de liquidez corrente na Sauipe S.A, com R\$ 0,81. Observa-se que, em 2016 todos os ativos circulantes da empresa tiveram um aumento em relação aos anos anteriores, e isso contribuiu para que a sua capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo fosse melhor neste ano. Em 2013, as contas de empréstimos, provisões e obrigações fiscais, contribuíram para o resultado de liquidez corrente.

No Gráfico 3 são apresentados os indicadores de liquidez seca das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

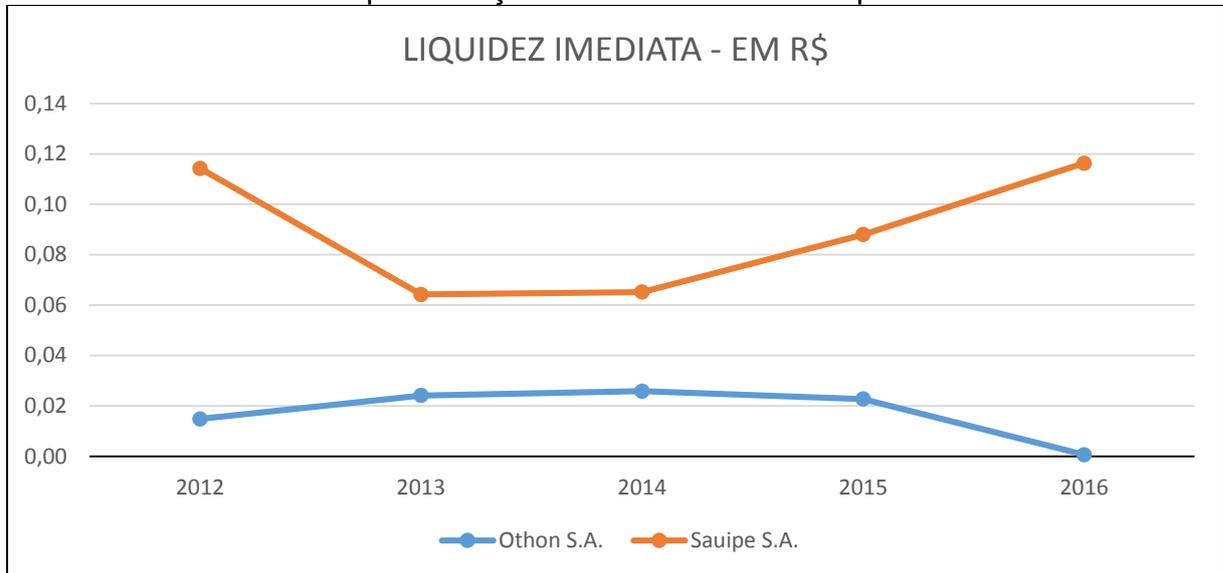


Fonte: Dados de pesquisa

Em ambas as empresas, os indicadores de liquidez seca apresentados no Gráfico 03, revelam que as mesmas possuem dificuldade em realizar os seus recursos de curto prazo para conseguir quitar as suas dívidas de curto prazo. Na Othon S.A o ano de 2014 foi o que apresentou um melhor indicador, R\$ 0,36, e na Sauipe S.A o ano de 2016, com R\$ 0,72. O resultado obtido em 2014 pela Othon foi influenciado principalmente pela redução dos valores de obrigações fiscais, o que diminuiu os valores de dívidas pela empresa. Os resultados da Sauipe em 2016 foram melhores, pelo aumento de seu ativo, em contas de caixa, clientes e outros ativos. Em 2013, o resultado de R\$ 0,71 na Sauipe S.A. foi influenciado principalmente pelo fato de a empresa não possuir valores de empréstimos, ocasionando redução de seu passivo circulante.

No Gráfico 4 são apresentados os indicadores de liquidez imediata das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 4 – Representação dos indicadores de liquidez imediata



Fonte: Dados de pesquisa

Os resultados apresentados no Gráfico 4 mostram que as empresas analisadas não possuem valores de disponibilidades para pagar as suas dívidas vencíveis a curto prazo nos anos de 2012 a 2016, isso se verifica através do indicador de liquidez imediata. Verifica-se que as empresas não possuem altos valores de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), sendo que os seus ativos circulantes são compostos principalmente de contas a receber e impostos a recuperar, valores estes que não estão disponíveis imediatamente para as empresas. A Othon obteve o seu pior resultado de liquidez imediata em 2016, sendo este ano o que possuía maior valores de dívidas a curto prazo e menor valor de disponibilidade, ou seja, a empresa não possuía valores disponíveis para pagar seus passivos de curto prazo. O ano de 2014 foi o que apresentou melhor resultado em comparação aos anos analisados, pois neste ano os valores de dívidas foram menores em relação as suas disponibilidades.

A Sauipe apresenta o seu melhor resultado de liquidez imediata em 2016, R\$ 0,12, sendo este resultado influenciado principalmente pelo maior valor de disponível em relação aos demais anos. O ano de 2013 apresentou um valor próximo a 2016, R\$ 0,11, ano em que apresentou menor valores de dívidas, porém suas disponibilidades não se apresentaram altas.

Pode-se verificar que, em relação aos indicadores de liquidez, os melhores resultados se apresentam em 2014 e 2016, anos em que ocorreram os eventos esportivos no país. A liquidez imediata que representa os valores que a empresa possui imediatamente disponível apresentou melhores resultados em 2014 na Othon S.A e em 2016 na Sauipe S.A. Observa-se através das análises, que o ano de 2015 não apresenta resultados satisfatórios e isso pode estar relacionado com crise econômica, que apresentou maior recessão neste ano e pelo fato de não serem realizados grandes eventos no país.

4.2.2 Indicadores de endividamento

O Quadro 10 apresenta os indicadores de endividamento das empresas estudo de caso.

Quadro 10 – Indicadores de endividamento

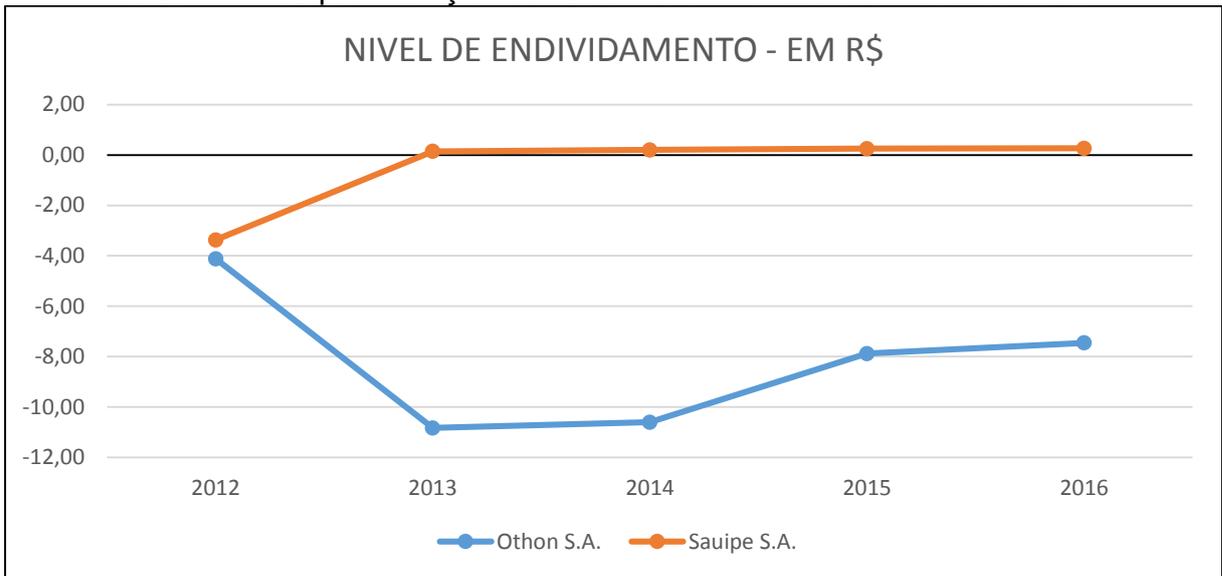
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO						
NIVEL DE ENDIVIDAMENTO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-4,12	-10,84	-10,61	-7,88	-7,46
	Sauipe S.A.	-3,37	0,14	0,20	0,25	0,27
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,27	0,27	0,27	0,30	0,32
	Sauipe S.A.	0,73	0,87	0,74	0,71	0,64
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-2,49	-7,61	-7,36	-5,07	-4,69
	Sauipe S.A.	-0,08	1,03	1,07	1,11	1,09

Fonte: Dados de pesquisa

Observando-se o resultado apresentado no Quadro 10, de indicadores de endividamento, pode-se dizer que as empresas estão buscando capital de terceiros.

No Gráfico 5 são apresentados os indicadores de nível de endividamento das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 5 – Representação dos indicadores de nível de endividamento



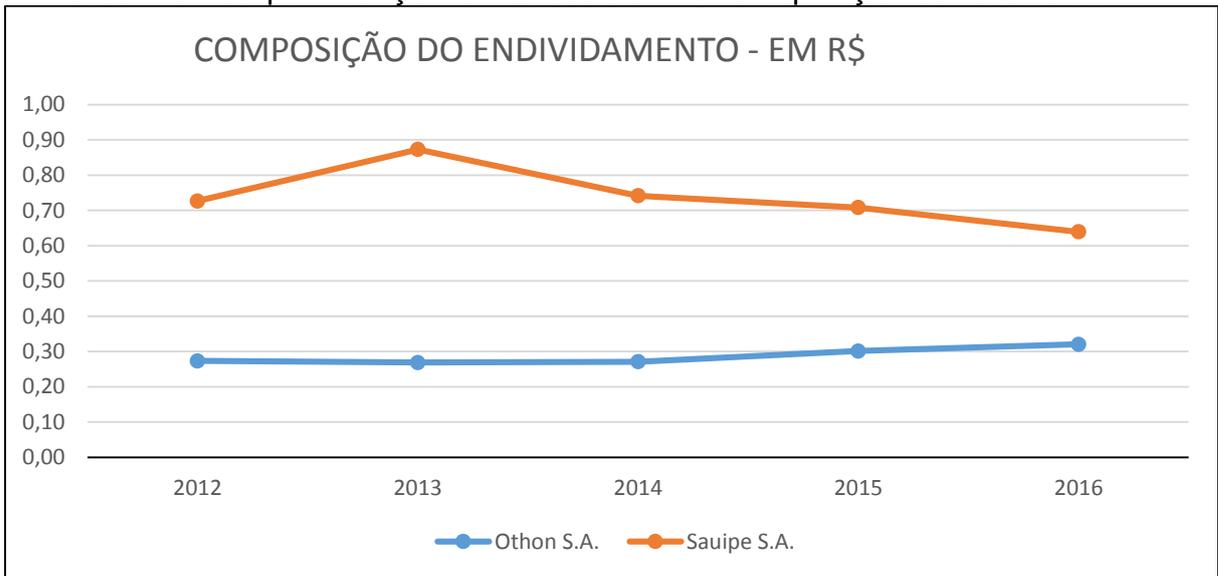
Fonte: Dados de pesquisa

Através do Gráfico 5, verifica-se que a empresa Othon S.A. possui valores muito maiores de capital de terceiros do que de capital próprio, ou seja, o capital de terceiros representa mais do que o capital próprio investido no negócio. Essa diferença se dá em razão de que o patrimônio líquido da empresa está a descoberto, pois apresenta constantes prejuízos nos anos analisados. A Sauipe S.A. apresenta melhores resultados, principalmente por seu patrimônio líquido estar com valores positivos, exceto no ano de 2012. Apesar de também gerar prejuízos em todos os anos analisados, em 2013, 2015 e 2016 a Sauipe recebeu aportes de capital pela PREVI, sua controlada integral. Os valores integralizados foram altos, capazes de cobrir os prejuízos da empresa, e deixar o seu PL positivo.

Em relação ao nível de endividamento, a Sauipe S.A. mostra um melhor resultado em 2013, sendo que neste ano as suas dívidas com terceiros correspondem a 14% de seu PL. Isso significa que a empresa tem capacidade de quitar as suas dívidas com o capital próprio. Seu resultado menos satisfatório foi em 2012, com um resultado de R\$ -3,37, ou seja, se a empresa necessitasse quitar as suas dívidas com terceiros através dos recursos próprios, não teria capacidade. Na Othon S.A., nos anos analisados a empresa está totalmente endividada, estando com um passivo a descoberto, então não é capaz de quitar as suas dívidas com terceiros, através do capital próprio.

No Gráfico 6 são apresentados os indicadores de composição de endividamento das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 6 – Representação dos indicadores de composição de endividamento

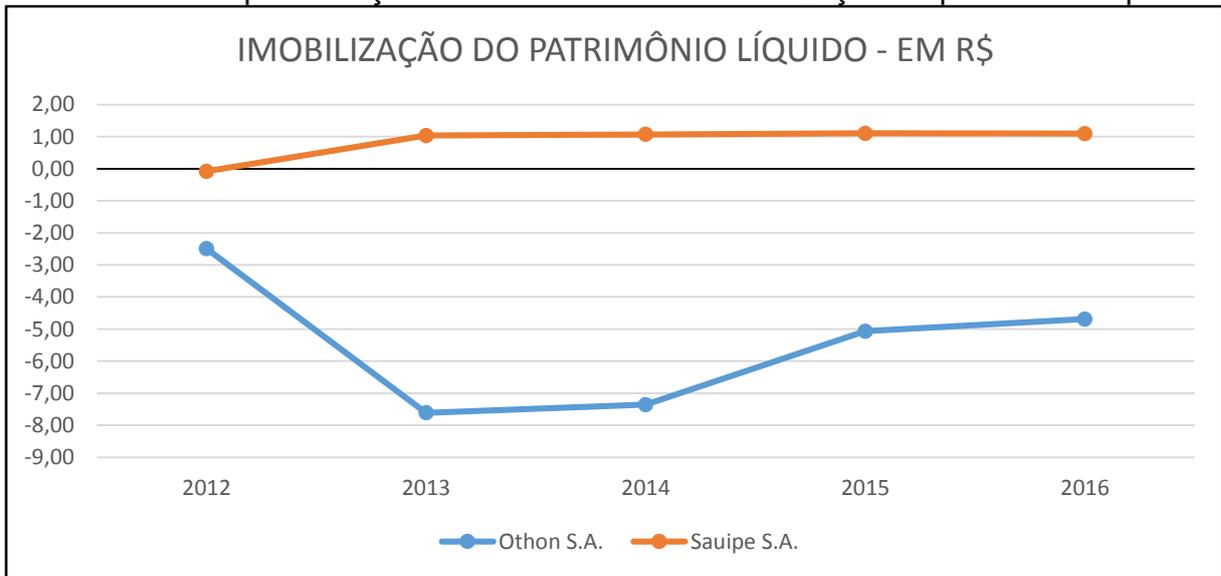


Fonte: Dados de pesquisa

Os resultados obtidos através do indicador de composição de endividamento expresso no Gráfico 6 mostram que a empresa Othon S.A., apresenta menores valores de dívidas de curto prazo em relação aos valores totais das dívidas, já a Sauipe S.A. possui em média 73,8% de suas dívidas no curto prazo. A Othon apresenta altos valores de dívidas no longo prazo, especialmente nas contas de provisões e tributos diferidos. A Sauipe está com a maior parte das suas dívidas no curto prazo, sendo essas, principalmente débitos com fornecedores e valores de adiantamentos de clientes.

No Gráfico 7 são apresentados os indicadores de imobilização do patrimônio líquido das duas empresas, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 7 – Representação dos indicadores de imobilização do patrimônio líquido



Fonte: Dados de pesquisa

No indicador de imobilização do patrimônio líquido, Gráfico 7, pode-se verificar que as duas empresas estão com mais de 100% dos seus valores aplicados no ativo imobilizado. Tanto a Othon S.A., quanto a Sauipe S.A. investiram em seus imobilizados no ano de 2013, principalmente em terrenos, edificações e construções. É provável que estes investimentos se deram em razão da realização dos eventos esportivos que aconteceram no país, a partir de 2013, conforme pesquisa do IBGE (2017), que afirma que as empresas de hotelaria investiram em infraestrutura para melhor atender seus hóspedes.

4.2.3 Indicadores de atividade e ciclos econômicos

Os indicadores de atividade e ciclos econômicos não foram calculados, pois a empresa é do ramo de serviços, não sendo viável o cálculo de rotação de estoques, por seus estoques serem compostos em sua maioria de materiais de expediente. Em relação ao prazo médio de recebimento de vendas, não estão especificados os valores de vendas a prazo.

4.2.4 Indicadores de rentabilidade

O Quadro 11 apresenta os indicadores de rentabilidade das empresas estudo de caso.

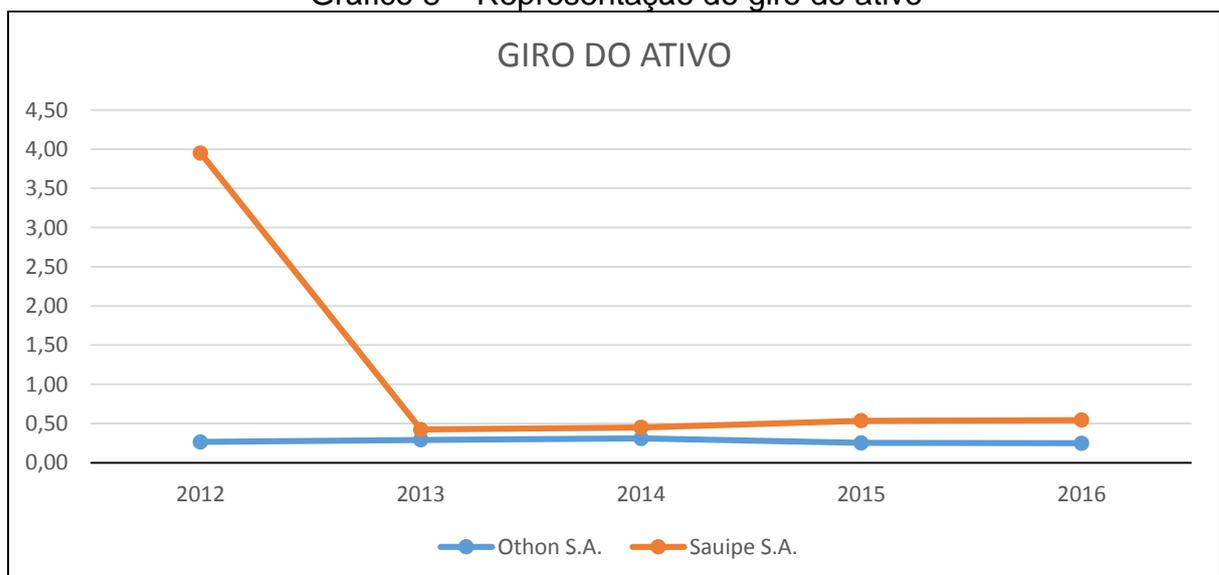
Quadro 11 – Indicadores de rentabilidade

INDICADORES DE RENTABILIDADE						
GIRO DO ATIVO	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	0,26	0,29	0,31	0,25	0,25
	Sauipe S.A.	3,95	0,42	0,45	0,54	0,54
MARGEM LIQUIDA	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-20%	72%	0%	-16%	-3%
	Sauipe S.A.	-14%	-5%	-14%	-12%	-15%
ROI	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-5%	21%	0%	-4%	-1%
	Sauipe S.A.	-56%	-2%	-6%	-7%	-8%
ROE	Empresa	2012	2013	2014	2015	2016
	Othon S.A.	-17%	-205%	-1%	-29%	-5%
	Sauipe S.A.	-132%	-2%	-7%	-8%	-10%

Fonte: Dados de pesquisa

No Gráfico 8 são apresentados os resultados do giro do ativo, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 8 – Representação do giro do ativo



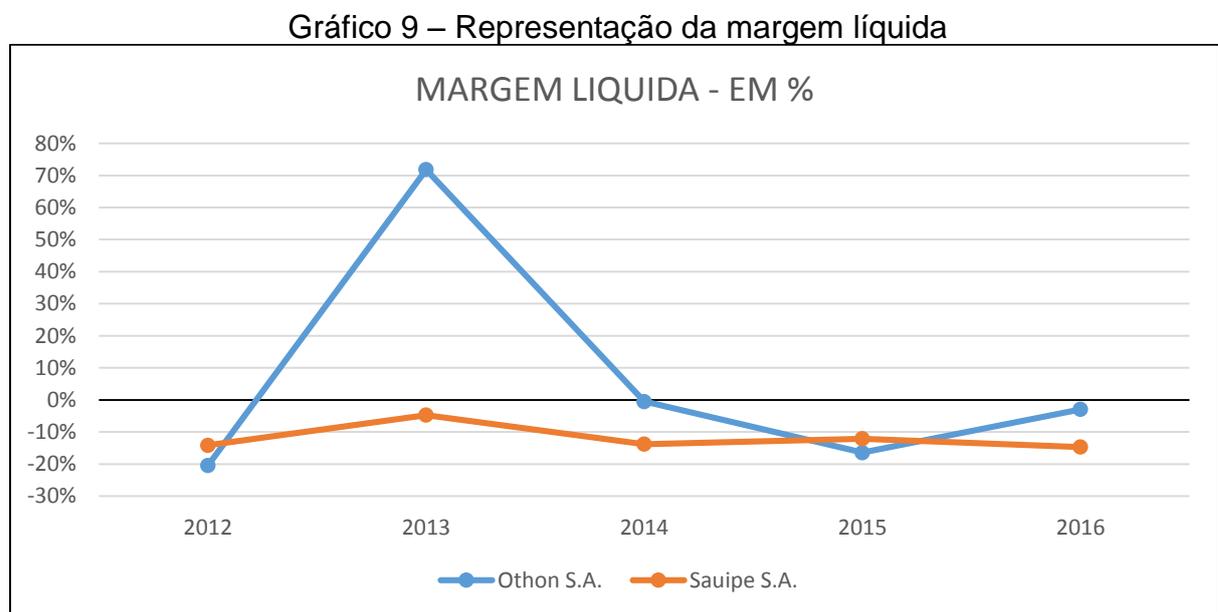
Fonte: Dados de pesquisa

Observando os resultados apresentados pela Tabela 11 e pelo Gráfico 08, verifica-se que a empresa Sauipe S.A. é a que utiliza seus ativos com maior eficiência,

isso porque quanto maior o seu giro do ativo, mais renda a empresa está gerando com o próprio ativo. Nos anos de 2012 e 2013 ocorreram grande oscilação na Sauipe S.A., principalmente em decorrência do aumento dos seus valores de ativo imobilizado, apesar de suas vendas também sofrerem leve elevação, essa não condiz com o aumento do ativo. Em 2012 a empresa utilizava 3,95 vezes seu ativo para gerar renda, já em 2013 passou a utilizar 0,42 vezes. A Othon S.A. não apresenta resultados eficientes, sendo o melhor em 2013.

Para que as empresas busquem maior eficiência em relação ao capital investido, o ideal é que aumentem o seu volume de vendas, pois ocorreram altos investimentos, principalmente em ativo imobilizado e as suas vendas sofrem pequenas variações. Na Sauipe a variação de aumento dos ativos foi de 993% entre 2012 e 2016, já as suas vendas aumentaram somente 50,52%. Na Othon o aumento do ativo foi de 11,40% de 2012 a 2016, e nas vendas foi de apenas 5,14%.

No Gráfico 9 são apresentados os resultados de margem líquida, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.



Fonte: Dados de pesquisa

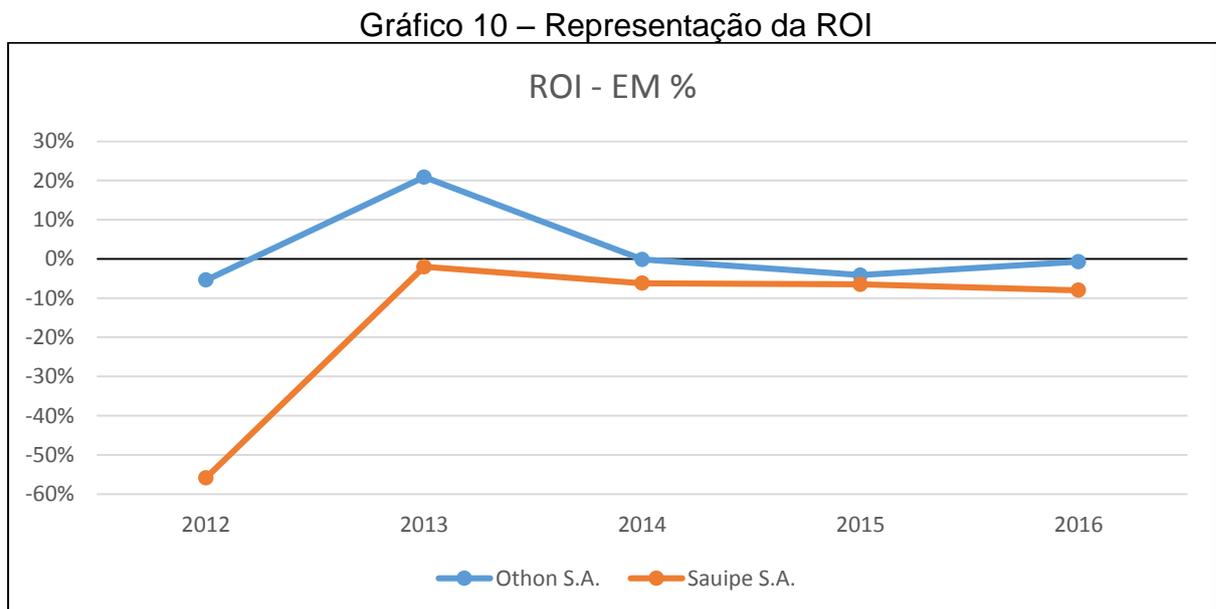
Pode-se observar, conforme resultados do Gráfico 9, que as duas empresas analisadas geram melhor margem líquida em 2013, ou seja, tem maior capacidade de transformar as suas receitas em lucro. O resultado da empresa Othon S.A. em 2013, é influenciado principalmente pelos valores de outras receitas operacionais, a qual contribuiu para que este ano gerasse lucros. Na Sauipe S.A. os resultados de margem

líquida não são satisfatórios em nenhum dos anos analisados, a empresa apresenta constantes prejuízos, sendo o ano de 2013 o que gera menos prejuízos através de suas receitas, pois neste ano a empresa gera maior resultado bruto.

Em relação a rentabilidade das empresas estudo de caso, pode-se dizer que os eventos esportivos realizados no país, não auxiliaram para que as mesmas gerassem resultados positivos, porém na empresa Othon S.A., que possui hotéis em diversas regiões do país, no geral, os melhores resultados se encontram nos anos de 2013, 2014 e 2016, sendo o ano de 2013 que antecede o da copa do mundo, 2014 o da realização da copa e 2016 ano das olimpíadas.

Na Sauipe S.A não se observa grande variação nos resultados de um ano para outro. Os eventos esportivos não impactaram nos resultados da empresa, e isso pode ser relacionado com o fato de que a mesma está localizada apenas na Bahia.

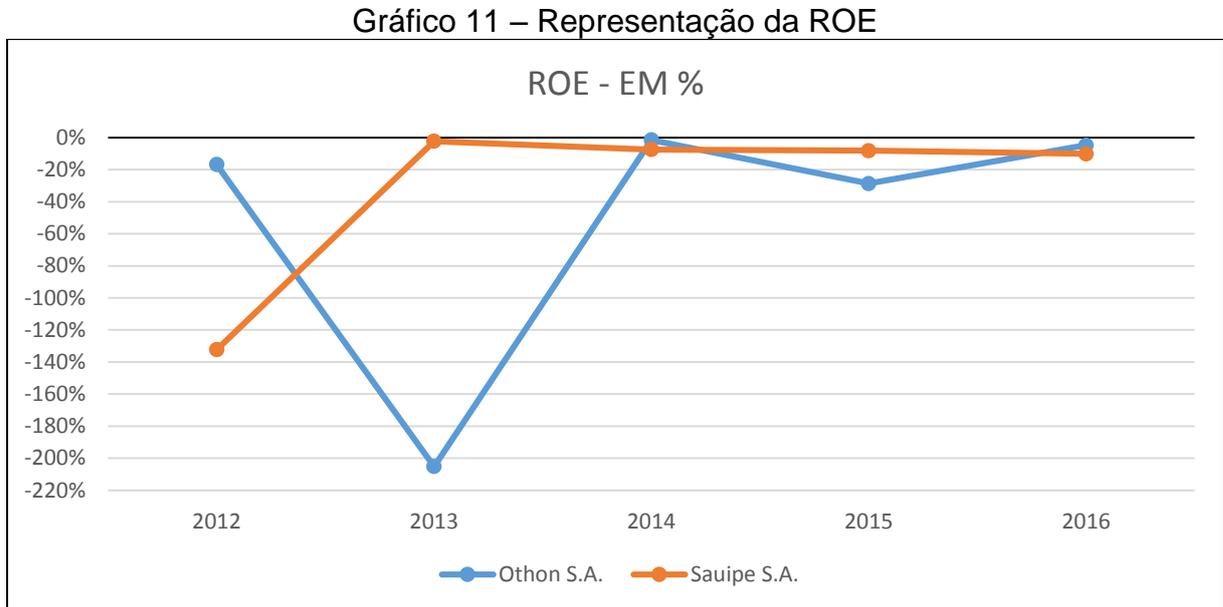
No Gráfico 10 são apresentados os resultados da ROI, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.



Fonte: Dados de pesquisa

O ROI, retorno de investimento, apresentado no Gráfico 10, mostra que somente a Othon S.A. no ano de 2013 obteve retorno positivo em relação aos seus investimentos, sendo que obteve uma taxa de retorno de 21%. Nos demais anos a empresa não ganha dinheiro com seus investimentos. Na Sauipe S.A. pode-se verificar que o ano com melhor resultado foi em 2013, apesar de também não retornar valores através de seus investimentos.

No Gráfico 11 são apresentados os resultados da ROE, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.



Fonte: Dados de pesquisa

O resultado da ROE, apresentado no Gráfico 11, se mostra negativo para a empresa Othon S.A., sendo que em nenhum dos anos analisados a empresa gera retorno aos seus acionistas. O mesmo ocorre com a empresa Sauipe S.A. Estes resultados mostram que as empresas não estão gerando retorno em relação ao capital próprio investido.

4.2.5 Grau de alavancagem operacional e financeira

No Quadro 12 são apresentados os resultados de grau de alavancagem financeira e operacional.

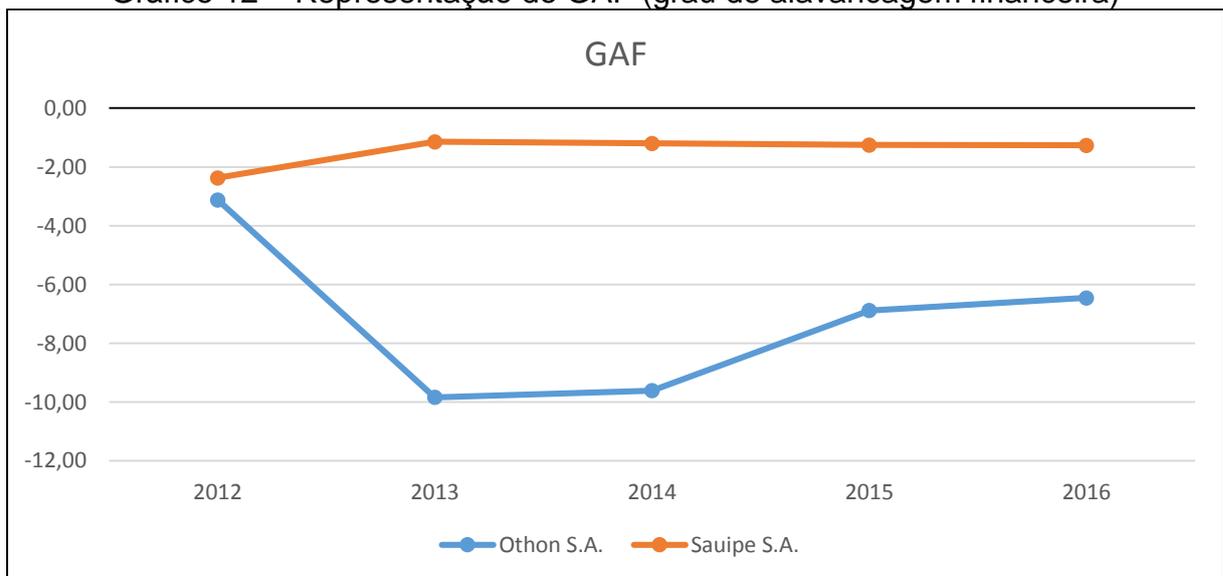
Quadro 12 – GAO (grau de alavancagem operacional) e GAF (grau de alavancagem financeira)

		2012	2013	2014	2015	2016
GAF	Othon S.A.	-3,12	-9,84	-9,61	-6,88	-6,46
	Sauipe S.A.	-2,37	-1,14	-1,20	-1,25	-1,27
		2012	2013	2014	2015	2016
GAO	Othon S.A.	-3,14	1,24	100,00	-3,80	-43,01
	Sauipe S.A.	-0,59	-3,75	-0,04	-0,15	0,03

Fonte: Dados de pesquisa

No Gráfico 12 são apresentados os resultados do grau de alavancagem financeira, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

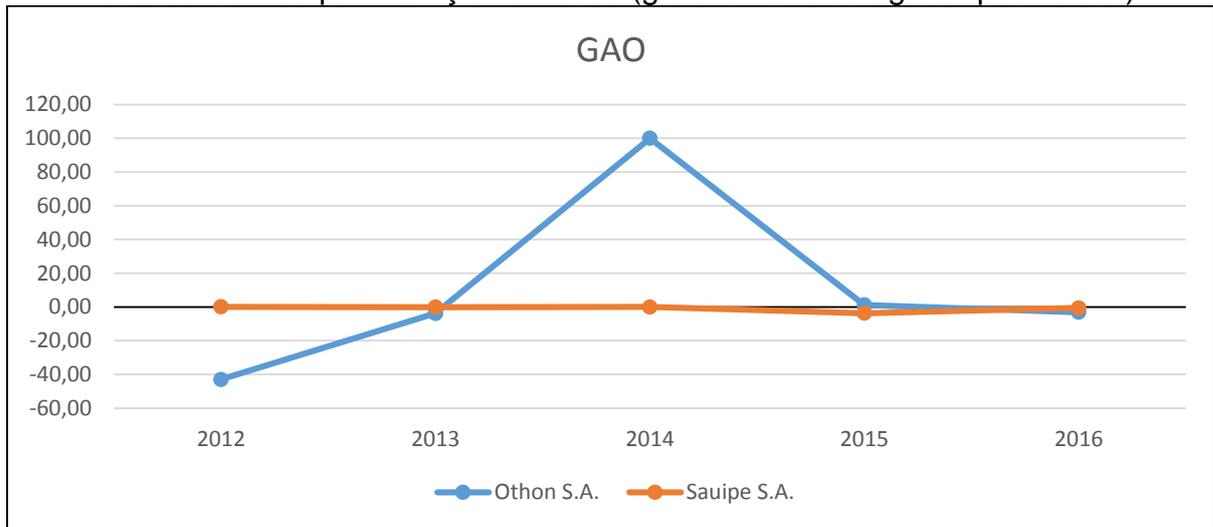
Gráfico 12 – Representação do GAF (grau de alavancagem financeira)



Fonte: Dados de pesquisa

No Gráfico 13 são apresentados os resultados do grau de alavancagem operacional, por ano, sendo respectivamente Othon S.A. e Sauipe S.A.

Gráfico 13 – Representação do GAO (grau de alavancagem operacional)



Fonte: Dados de pesquisa

Na análise dos resultados encontrados no Quadro 12 e no Gráfico 12, pode ser observado que as empresas não são alavancadas financeiramente, pois o custo do capital de terceiros aumenta no decorrer dos anos, não contribuindo para a geração de retorno para os acionistas. A empresa Othon S.A. apresenta prejuízo nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, o seu patrimônio líquido está a descoberto em todos os anos analisados, ainda que em 2012 consiga gerar lucros estes não são suficientes para geração de PL positivo, pois este lucro gerado corresponde apenas a 25% dos prejuízos que já vinham acumulados de anos anteriores.

A Sauipe S.A. apresenta prejuízos em todos os anos analisados. A empresa não possui capacidade de utilizar o seu custo de capitais de terceiros de forma a trazer resultados positivos aos acionistas. O aumento do seu PL a partir do ano de 2013 se dá em razão de aportes de capital pela sua controladora integral PREVI.

Em relação ao grau de alavancagem operacional, observa-se através dos resultados do Quadro 12 e do Gráfico 13, que na Othon S.A., o aumento no volume das vendas em 2013 e 2014, gerou um acréscimo no lucro operacional. Na Sauipe S.A., nos anos analisados, a empresa não possui alavancagem operacional, pois mesmo com aumento em suas vendas, não é capaz de aumentar seu lucro operacional.

4.2.6 Análise horizontal e vertical

Através dos resultados obtidos nos Anexos A e B, análises horizontal e vertical da DRE da empresa Othon S.A., pode ser observado que o resultado bruto não apresenta grande variação ao longo dos cinco anos analisados, ficando em média de 68% a sua participação em relação as receitas líquidas. Essas variações no resultado bruto no decorrer dos anos são impactadas pelas variações na receita líquida. Os custos dos serviços vendidos não variam muito, como pode ser observado na análise vertical, em média consomem 31% da receita líquida nos anos 2012 a 2016.

Com base nos dados constantes nas notas explicativas da empresa Othon S.A., observa-se que a receita bruta diminuiu em 2015 em relação a 2014 e aumentou em 2016, porém a receita líquida é menor em 2016, pois os impostos são maiores neste ano. Pode-se observar que em 2015, onde a receita bruta foi menor, a crise econômica apresentava a sua pior recessão, e em 2016, com pequenos sinais de melhora, apresenta leve aumento. Outro fator que pode ter contribuído para este aumento, foi a realização das olimpíadas em 2016.

As despesas/receitas operacionais geram impacto nos resultados da empresa Othon S.A., conforme observado na análise vertical, os anos de 2012 e 2015, além de obter um resultado negativo, ou seja, suas despesas operacionais serem maiores do que as receitas operacionais, este resultado mostra que as despesas consomem mais de 60% da receita líquida de vendas, gerando assim em 2012 um resultado antes dos tributos, negativo, e em 2015 um resultado mais baixo do que nos demais anos. Em 2013 a empresa gerou mais receitas do que despesas operacionais, correspondendo a 2,81% da sua receita líquida, e com isso o seu resultado antes dos tributos foi positivo correspondendo a 71,87% da receita líquida. Observa-se grande variação das contas de despesas/receitas financeiras e do resultado antes dos tributos, no decorrer dos anos analisados, que impactam no resultado final da empresa.

A conta de resultado financeiro apresenta baixas variações no decorrer dos anos 2012 a 2016, sendo o ano de 2016 o que apresentou maior variação em relação aos demais. O resultado financeiro do ano de 2016 foi negativo com mais despesas do que receitas e neste ano este resultado representa 21,01% da sua receita líquida. As despesas financeiras são maiores, pois a empresa paga empréstimos, sendo estes geradores de juros.

O resultado antes dos tributos sobre o lucro apresenta grande variação entre os anos. Em 2013 e 2014 este resultado foi positivo, sendo que em 2013 representa 56,39% da receita líquida e em 2014, 0,70%. A conta de resultado de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro varia de um ano para outro, a maior variação ocorre entre 2012 e 2013, sendo negativo em 2012 e positivo em 2013, pois o seu valor de diferidos aumenta, gerando assim um resultado positivo para a conta de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

O resultado líquido da empresa Othon S.A. apresenta variações entre os anos analisados. O ano de 2013 é o único gerador de lucros para a empresa, sendo este correspondente a 71,82% da receita líquida, e as contas com maior influência neste resultado são os impostos diferidos e as outras receitas operacionais.

Na empresa Sauipe S.A., conforme Anexo C e Anexo D, observa-se que a mesma apresenta constante crescimento na receita líquida, e o custo dos serviços vendidos também aumenta, sendo que no ano de 2016 esta conta representa um valor de 0,4746% a mais do que as vendas líquidas da empresa. Dentre os anos analisados o ano de 2013 foi o que apresentou menor custo dos serviços vendidos, consumindo 82,2390% da receita líquida de vendas. Pode ser observado através da análise horizontal, no Anexo C, que o custo está crescendo em proporção maior do que a receita da empresa.

As despesas gerais e administrativas da Sauipe S.A., não apresentam grandes variações no decorrer dos anos, sendo em 2012 e 2013 os anos com valores maiores, representando em média 20,80% da receita líquida. A partir de 2014 as despesas gerais e administrativas, apresentam uma queda de 40,93% em relação a 2013. Assim essa conta passa a representar em média 11,32% da receita líquida.

A Sauipe S.A., apresenta resultado negativo antes dos tributos em todos os anos analisados, pois suas despesas gerais e administrativas, são superiores ao resultado bruto da empresa. O resultado financeiro da empresa é positivo em 2012 e 2013, ou seja, possui mais receitas financeiras do que despesas financeiras. Nos demais anos a despesa é maior do que a receita, pois a partir de 2014 a Sauipe toma empréstimos bancários, o que gera juros (despesas financeiras), impactando no resultado final.

A Sauipe gera prejuízo em todos os anos analisados, 2012 a 2016. A maior variação no resultado da empresa ocorre entre os anos de 2012 e 2014, sendo que

2013 apresentou uma redução no prejuízo de 59,88% e em 2014 o prejuízo volta a crescer em 201,81% em relação a 2013.

Através das análises horizontal e vertical do balanço patrimonial da empresa Othon S.A., nos Anexos E e F, observa-se que a mesma apresentou variações significativas em suas contas patrimoniais. No ativo circulante, as contas com maior influência são as de caixa e equivalentes de caixa, que aumentam constantemente de 2012 a 2015 e em 2016 registram uma queda. As contas a receber, sendo que dentro deste grupo as contas de clientes, outras contas a receber e títulos a recuperar, são as que mais apresentam variação.

As variações nas contas de caixa e equivalentes e de clientes, podem estar relacionadas com a redução da receita de vendas que ocorreu em 2016, impactando na redução destas contas de ativo. As outras contas a receber, são as que mais apresentam variações no decorrer dos anos de 2012 a 2016, sendo estas variações nas outras contas a receber de partes relacionadas e títulos e valores mobiliários. Conforme informações obtidas nas notas explicativas, a empresa mantém transações de empréstimos mútuos com partes relacionadas, ou seja, entre a Companhia e as empresas ligadas.

O ativo não circulante apresenta maior variação entre 2012 e 2013, com aumento de 4,75%, sendo as contas com maior influência, as contas a receber e os tributos diferidos. Em 2012, a empresa não tinha saldo de contas a receber, nem tributos diferidos e em 2013 passa a ter. Os tributos diferidos são valores de contribuição social e imposto de renda sobre o lucro, decorrentes de pagamentos a maior, que devem ser recuperados em períodos futuros.

Observa-se que o ano de 2016 é o que a empresa está mais endividada no passivo circulante. As contas com maior influência são as obrigações fiscais, empréstimos e financiamentos e provisões. As obrigações fiscais da empresa apresentam valores altos, pois a mesma está com impostos em atraso. Conforme notas explicativas, a empresa aderiu, ao programa de parcelamentos de débitos tributários, a fim de regularizar as suas dívidas junto à Receita Federal. Essa adesão ocorreu antes de 2012, sendo em 2013, 2014 e 2015 incluídos novos débitos no programa de parcelamento.

Os empréstimos e financiamentos da empresa, são de modalidade capital de giro e conta garantida, conforme informações das notas explicativas.

Conforme dados das notas explicativas da empresa, os valores de provisões fiscais previdenciárias trabalhistas e cíveis, são decorrentes de 215 reclamações trabalhistas. Em relação as provisões cíveis, que decorrem de diversas ações, sendo duas referentes ao mesmo assunto, ações ordinárias de ressarcimento de direitos autorais, iniciadas na década de noventa e que ainda estão em tramitação.

Na conta de patrimônio líquido, observa-se que o mesmo está a descoberto em todos os anos analisados, 2012 a 2016. A conta com maior influência no PL é a de prejuízos acumulados, pois a empresa apresenta resultados negativos na DRE, em todos os anos analisados. Em 2013 o PL apresentou um leve aumento, pois o prejuízo neste ano foi menor do que nos demais.

Através das análises horizontal e vertical, Anexos G e H, da empresa Sauipe S.A., observa-se que a mesma apresenta variações significativas no decorrer dos anos, na sua conta de ativo circulante, sendo que as contas com maior influência neste resultado são: caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber e os estoques. O ano de 2016 foi o que apresentou maior valor no ativo circulante, e neste ano a receita foi maior, aumentando assim o valor de clientes e caixa. Os estoques da empresa são compostos em sua maioria por materiais de expediente.

Em relação ao ativo não circulante, a maior variação ocorre entre 2012 e 2013, sendo este resultado impactado principalmente pelo aumento no imobilizado da empresa, que, conforme notas explicativas, é um investimento que faz parte do processo de reestruturação administrativa e financeira.

A Sauipe S.A., está com mais dívidas de curto prazo em 2015 e 2016, as contas com maior variação são os empréstimos e financiamentos que a empresa contrai a partir do ano de 2014. No ano de 2015 a empresa aumenta a obrigação com adiantamento de clientes. A conta de provisões apresenta variação significativa de 2013 para 2014, com aumento de 213,36%. A maior variação no balanço da Sauipe S.A., está em sua conta de patrimônio líquido com aumento de 2012 para 2013. Conforme notas explicativas, este aumento se refere a valores de aporte de capital realizado em 2013, que é parte do processo de reestruturação da empresa em ativos operacionais, aplicados no imobilizado, conforme aumento deste, observado no mesmo ano.

5 CONCLUSÃO

Após a análise das demonstrações contábeis e do cálculo dos indicadores, foi possível alcançar o objetivo proposto pela pesquisa que era apresentar o comportamento dos indicadores econômicos e financeiros das empresas do segmento de hotelaria listadas na bolsa de valores (B3 – Brasil Bolsa Balcão) no período de 2012 a 2016, utilizando-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem quantitativa e qualitativa. Foram coletados os dados no site da B3 e elaborados os cálculos de indicadores e análise horizontal e vertical.

Para se atingir o objetivo geral, foram definidos objetivos específicos, sendo o primeiro a revisão bibliográfica sobre demonstrações contábeis, análise financeira, turismo, economia e hotelaria, realizado através de livros, artigos científicos e revistas. O segundo objetivo específico foi selecionar o grupo de empresas do setor de turismo, segmento de hotelaria da B3. Foram identificadas duas empresas, a Othon S.A. e a Sauipe S.A., sendo realizado o estudo destas. No terceiro objetivo específico realizou-se os cálculos dos indicadores, para se identificar a situação econômico-financeira das empresas no período proposto. Também foram realizados cálculos de análise horizontal e vertical para se verificar a evolução dos números ao longo dos anos. Como último objetivo específico, buscou-se analisar o comportamento dos indicadores e a relação destes com a crise econômica e os eventos esportivos realizados no país, copa do mundo e olimpíadas.

É possível inferir que apesar do crescimento apresentado no boletim de desempenho econômico do turismo que mostra um crescimento no setor, isso não é possível ser percebido claramente nas empresas pesquisadas.

No período analisado é possível constatar que os resultados, não muito satisfatórios, apresentaram pouca variação mesmo com eventos como a copa do mundo e as olimpíadas. Ambas as empresas, Othon S.A. e a Sauipe S.A., investiram em seus imobilizados no ano de 2013, principalmente em terrenos, edificações e construções. É possível que estes investimentos, na Othon S.A., ocorreram tendo em vista a realização dos eventos esportivos que aconteceram no país, a partir de 2013, conforme pesquisa do IBGE (2017), que afirma que as empresas de hotelaria investiram em infraestrutura para melhor atender seus hóspedes.

A Sauipe S.A., possui um plano de ações, como parte de seu planejamento estratégico e em 2013 recebeu aportes de capital de sua controlada, PREVI, integralizado parte por ativo imobilizado, sendo um complexo da Costa do Sauipe, pertencente a PREVI, e restante em moeda corrente. A expectativa era de resultados positivos a partir de 2014, porém conforme resultado das análises, observa-se que a receita líquida apresentou pequena elevação, em contrapartida o custo dos serviços aumenta significativamente, representando 99,39% das receitas. Os indicadores também não apresentam variações significativas.

Nos anos de 2014 a 2016, a empresa Sauipe S.A., aumenta consideravelmente o seu custo dos serviços, fato que impacta diretamente no seu resultado líquido, pois a empresa não apresentou redução nas suas despesas gerais e administrativas. As despesas financeiras da empresa também aumentam, pois, a partir de 2014 contrai empréstimos, com aumento dos juros no decorrer dos anos. Pode ser percebido através do GAF, que a empresa não está alavancada financeiramente, pois seu custo dos empréstimos não contribui para geração de lucros.

A empresa Othon S.A., apresenta dificuldade na geração de resultados positivos e o seu passivo se apresenta a descoberto. A mesma busca alternativas, conforme notas explicativas, para melhorar os resultados, através de ações como, adequações dos produtos para atendimento da demanda de mercado e utilização da tecnologia para redução nos seus custos, e isso pode ser verificado através dos indicadores que em sua maioria apresentam melhora a partir de 2013. Observa-se no balanço patrimonial da empresa que uma das contas que gera impacto negativo é a de impostos, sendo que os mesmos estão parcelados pelo programa de recuperação fiscal da receita federal (REFIS), onde a dívida é atualizada pela taxa de juros de longo prazo (TJLP), cujo os valores são significativos.

A empresa Othon S.A. apresenta seus melhores resultados em 2014 e 2016, anos da realização dos eventos esportivos no país. Os impactos da crise econômica são amenizados nestes anos, pois, como a rede de hotéis está espalhada por várias regiões do Brasil, a copa do mundo e as olimpíadas geraram movimentação de turistas, e conseqüentemente maior demanda na rede hoteleira.

O mesmo não pode ser observado na Sauipe S.A., pois essa está localizada apenas na Bahia, não sendo os destinos foco da copa do mundo e olimpíadas.

O cenário econômico continua instável no Brasil, porém a previsão é de retomada lenta para os próximos anos, e as empresas necessitam buscar estratégias para amenizar os impactos negativos causados pela recessão da economia, como: aumentar o seu volume de vendas, pois ocorreram altos investimentos, principalmente no ativo imobilizado; reduzir os custos; buscar adquirir empréstimos de forma a alavancar a empresa, evitando taxas altas de juros; evitar aumento nas dívidas com impostos, para que estas não interfiram diretamente no resultado das empresas.

Através dos cálculos de indicadores e análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis, pode-se identificar os pontos positivos e negativos das empresas, comparando os resultados com outras empresas do mesmo ramo de atividade e propondo melhorias para o desempenho das mesmas.

Desta forma, observa-se a importância da contabilidade e da análise dos seus resultados, pois é através destes que se identifica a situação econômica e financeira das empresas e busca-se estratégias para melhorar o desempenho dos negócios.

Com base nos resultados desta pesquisa, fica evidente que o ano de 2015, onde a crise econômica estava em seu auge, e que não foram realizados eventos esportivos no país, que influenciam para o movimento do turismo, os resultados apresentaram queda nas empresas pesquisadas. No ano de 2016, com pequenos sinais de melhora na economia brasileira e a realização das olimpíadas Rio 2016, observa-se uma leve melhora nos resultados apresentados.

Tendo em vista os resultados pouco satisfatórios apresentados nos indicadores econômico-financeiros dos hotéis no período de 2012 a 2016 sugere-se ampliação da pesquisa para buscar identificar a relação destes resultados com o relato de Benni (2017). O referido autor apresenta que a partir da década de 1980 constatou-se que, quando os africanos entenderam que o turismo era o único meio de saírem de sua pobreza desesperadora, eles começaram a construir enormes hotéis nas praias do Quênia e da África do Sul, dentre outras.

Ainda conforme o mesmo autor, neste período que também o Brasil decide investir em massa, criando os Fundos de Investimentos de Hotelaria e Turismo, o primeiro grande equívoco de políticas públicas de Turismo no país, acabando por assistir aos capitais incentivados, colocados à disposição, serem usados quase integralmente em hotéis de luxo. Numa conta simplificada, esses empreendimentos hoteleiros não conseguiram operar com diárias inferiores a 250 dólares por unidade habitacional (UH), só para cobrir o investimento realizado, fora os custos operacionais.

A questão provocou, ao longo desses quase quatro decênios a implantação de uma oferta incompatível com as características da demanda interna regional e, mesmo da receptiva internacional.

Sugere-se para os próximos anos, que sejam realizados novos estudos, para identificar se a crise econômica e os grandes eventos realizados, continuam impactando no resultado das empresas. Além de aprofundar os estudos nas empresas Othon S.A. e Sauipe S.A., sugere-se também a realização de estudos com outras empresas do setor de turismo e do segmento de hotelaria, para se verificar se os fatores que causam impactos nas empresas da B3, também refletem nos resultados de outras empresas.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASIL. **Oferta de hospedagem cresce mais de 70% no Brasil em 5 anos.** Terra Economia, 2017. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/economia/oferta-de-hospedagem-cresce-mais-de-70-no-brasil-nos-ultimos-5-anos,5489cf2088f4ee2f964698b05cead7cc0g4s23kz.html>>.

Acesso em: 04 ago. 2017.

ALENCAR, André. A importância de criar diversos conceitos na hotelaria atual.

Revista Hotéis, 2014. Disponível em: <<http://www.revistahoteis.com.br/a-importancia-de-criar-diversos-conceitos-na-hotelaria-atual/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:**

elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/cfi/0>>.

Acesso em: 28 abr. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

BENI, Mário Carlos(Org.). **Turismo:** planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e custos. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em:

<<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431993/pages/207>>.

Acesso em: 06 jul. 2017.

BENI, Mario Carlos. **Entendendo o novo turismo na economia colaborativa e compartilhada.** A evolução tecnológica e os impactos na gestão estratégica e no marketing de Turismo: e-Tourism. São Paulo: ANPTUR, jul. 2017. Disponível em:

http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2017/07/artigo-o-novo-turismo-na-era-da-economia-compartilhada_147809.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis:** estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição (1976). Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (2007). Lei nº 11638, de 28 de dezembro de 2007. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (2009). **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF, 27 maio 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Resolução nº 1.157, de 13 de fevereiro de 2009. **Resolução CFC nº 1.157/09 aprova o comunicado técnico CTG 02**: esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008. Brasília, 17 fev. 2009. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1157.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490332/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

CARDOSO, Ricardo Lopes *et al.* **Contabilidade geral**: introdução à contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476848/cfi/0>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582123942/pages/5>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

CASTELLI, Geraldo. **Gestão hoteleira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0118-0/cfi/0>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CHON, Kye-Sung. **Hospitalidade**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116195/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

CIA HOTÉIS OTHON. **Histórico e perfil corporativo**. Disponível em: <http://www.ciahoteisothon.com.br/hoteisothon/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43483#1>. Acesso em: 31 jul. 2017.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade**: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA DO SAUIPE. Disponível em: <<https://www.costadosauipe.com.br>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

CPC 03, CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**: demonstração dos fluxos de caixa. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2010. Disponível em:

<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documents/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

CPC 26, CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**: apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documents/312_CPC_26_R1_rev 09.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

DADOS DA PESQUISA. **B3 – BRASIL BOLSA BALCÃO** – Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em 01 ago. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464999/cfi/0>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

ESTADÃO. Desde a crise de 2008 houve estagnação no mundo, diz Ilan. **Estadão Conteúdo**. 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/desde-a-crise-2008-houve-estagnacao-no-mundo-diz-ilan/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088351/cfi/0>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FIDELES, Pedro. **Intenção de viajar cresce 8% no último ano**. Ministério do Turismo, Dados e Fatos, 2017. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=2663>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

FOHB. **Infohb**: resultados do mês/ março 2017. Ed. 116. Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. 2017. Disponível em: <<http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2017/04/InFOHB-116-Mar%C3%A7o-2017.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

FOHB. **Perspectivas de desempenho da hotelaria**. Ed. 4. Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Ed.-4-Perspectivas-de-Desempenho-da-Hotelaria-FOHB.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRECO, Alvíso. **Contabilidade**: teoria e prática básicas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502206328/cfi/0>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HENRIQUES, Walquíria. **Gastos de estrangeiros no Brasil crescem 38% na Olimpíada**. Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=2662>>. Acesso em: 15 set. 2017.

HOSTELTUR. **Faturamento de empresas do turismo cresce 4,3% no primeiro trimestre**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.hosteltur.com.br/183000_faturamento-empresas-do-turismo-cresce-43-no-primeiro-trimestre.html>. Acesso em: 07 jul. 2017.

IBGE. **Pesquisa de serviços de hospedagem 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/PESQUISA_DE_SERVI%C3%87O_DE_HOSPEDAGEM_2016_RELAT%C3%93RIO_MTUR_IBGE.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116072/cfi/3!/4/4@0.00:41.4>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 10. ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477944/cfi/50!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 16 maio 2017.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. **Fundamentos do turismo**. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Dialógica). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544303139/pages/-2>>. Acesso em: 27 maio 2017.

LACERDA, Antônio Correa. **O Brasil no contexto: 1987-2017**. São Paulo: Contexto, 2017. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572449922/pages/5>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LIMA, Luís. Pior recessão da história complica retomada da economia brasileira. **Revista Época**, 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/03/pior-recessao-da-historia-complica-retomada-da-economia-brasileira.html>>. Acesso em: 27 maio 2017.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478002/cfi/112!/4/4@0.00:57.6>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**: texto. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497591/cfi/0!/4/4@0.00:44.5>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466078/cfi/45>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Boletim de desempenho econômico do turismo**. Ano XIV, nº 54 (janeiro/março 2017). Dados e Fatos. FGV Projetos, Ministério do Turismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. 1 v. Disponível em: <<http://www.dadosedatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/boletim-de-desempenho-econ%C3%B4mico-do-turismo.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2013-2016**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

Normas brasileiras de contabilidade: **NBC TG 03 (R2)**: demonstração do fluxo de caixa/Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R2\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R2).doc)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

Normas brasileiras de contabilidade: **NBC TG 26 – geral**: normas completas, NBC TG estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42). Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114689/cfi/0>>. Acesso em: 27 maio 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000740/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 25 abr. de 2017.

PORTAL BRASIL. Setor hoteleiro planeja investir R\$ 12,8 bi até 2020. **Portal Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/03/setor-hoteleiro-planeja-investir-r-12-8-bi-ate-2020>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanço fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621886/cfi/0!/0>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAMPAIO, Alexandre. Os impactos da crise econômica sobre a hotelaria: como driblá-los. **Associação Brasileira de Empresas de Eventos 2016**. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2016/11/os-impactos-da-crise-economica-sobre-a-hotelaria-%E2%80%93-como-dribla-los/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

SANTOS, José Luiz dos. **Contabilidade societária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492633/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SAPORITO, Antonio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

SEBRAE. **Setor hoteleiro contribui fortemente para a economia do país**. Sebrae Nacional, 2014. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/setor-hoteleiro-contribui-fortemente-para-a-economia-do-pais>>. Acesso em: 01 maio 2017.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489251/cfi/184!/4/4@0.00:57.4>>. Acesso em: 27 maio 2017.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Curso de contabilidade básica**, v. 2. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001129/cfi/0>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483754/cfi/293!/4/4@0.00:3.08>>. Acesso em: 18 maio 2017.

UNWTO – The World Tourism Organization. **Turism highlights**. 2016. Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights-2016-edition>>. Acesso em: 02 maio 2017.

UNWTO – *The World Tourism Organization*. **Turismo para todos**: promover la accesibilidad universal. Buenas prácticas en la cadena de valor del turismo accesible. 2016. Disponível em: <<http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/goodpracticesintheaccessibletourismsupplychaines20162web.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

WICKERT, Ilse Maria Beuren. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/92>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

WTTC. **Economic impact analysis**. The World Travel & Tourism Council, 2017. Disponível em: <<https://www.wttc.org/research/economic-research/economic-impact-analysis/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

ZANCAN, Claudio; DANTAS, Anderson de Barros; CAMPOS, Vanessa Oliveira. Estrutura de serviços de varejo nas redes de hospedagem brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 2, n. 9, p. 278-297, mai/ago 2015. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/756/676>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – ANÁLISE HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OTHON S.A.	79
ANEXO B – ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OTHON S.A.	80
ANEXO C – ANÁLISE HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SAUIPE S.A.	81
ANEXO D – ANÁLISE VERTICAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SAUIPE S.A.	82
ANEXO E – ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - OTHON S.A.	83
ANEXO F – ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - OTHON S.A....	88
ANEXO G – ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - SAUIPE S.A.	93
ANEXO H – ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - SAUIPE S.A. ...	98

ANEXO C – Análise horizontal da demonstração do resultado - Sauipe S.A.

SAUIPE – DFs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AH	2013	AH	2014	AH	2015	AH	2016	AH
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.150	100,00%	158.279	19,77%	164.030	3,63%	191.879	16,98%	198.920	3,67%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.160	100,00%	-130.167	-7,43%	-163.034	-25,25%	-188.490	-15,61%	-199.864	-6,03%
3.03	Resultado Bruto	10.990	100,00%	28.112	155,80%	996	-96,46%	3.389	340,26%	-944	127,85%
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.984	100,00%	-36.193	-20,71%	-23.113	36,14%	-24.359	-5,39%	-25.607	-5,12%
3.04.01	Despesas com Vendas										
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.190	100,00%	-33.292	-22,44%	-19.663	40,94%	-20.250	-2,99%	-22.730	-12,25%
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-25.217	100,00%	-28.006	-11,06%	-17.366	37,99%	-17.982	-3,55%	-20.194	-12,30%
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-1.742	100,00%	-1.695	2,70%	-2.028	-19,65%	-1.933	4,68%	-2.225	-15,11%
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-231	100,00%	-3.591	-1454,55%	-269	92,51%	-335	-24,54%	-311	7,16%
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos										
3.04.04	Outras Receitas Operacionais										
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.794	100,00%	-2.901	-3,83%	-3.450	-18,92%	-4.109	-19,10%	-2.877	29,98%
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial										
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.994	100,00%	-8.081	57,45%	-22.117	173,69%	-20.970	5,19%	-26.551	-26,61%
3.06	Resultado Financeiro	312	100,00%	587	88,14%	-501	-85,35%	-2.295	358,08%	-2.721	-18,56%
3.06.01	Receitas Financeiras	792	100,00%	1.142	44,19%	878	76,88%	724	-17,54%	1.456	101,10%
3.06.02	Despesas Financeiras	-480	100,00%	-555	-115,63%	-1.379	148,47%	-3.019	118,93%	-4.177	-38,36%
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.682	100,00%	-7.494	59,89%	-22.618	201,81%	-23.265	-2,86%	-29.272	-25,82%
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro										
3.08.01	Corrente										
3.08.02	Diferido										
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.682	100,00%	-7.494	59,89%	-22.618	201,81%	-23.265	-2,86%	-29.272	-25,82%
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas										
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas										
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.682	100,00%	-7.494	59,89%	-22.618	201,81%	-23.265	-2,86%	-29.272	-25,82%

ANEXO D – Análise vertical da demonstração do resultado - Sauipe S.A.

SAUIPE – DFs Individuais / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AV	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.150	100,00%	158.279	100,00%	164.030	100,00%	191.879	100,00%	198.920	100,00%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.160	-91,68%	-130.167	-82,24%	-163.034	-99,39%	-188.490	-98,23%	-199.864	-100,47%
3.03	Resultado Bruto	10.990	8,32%	28.112	17,76%	996	0,61%	3.389	1,77%	-944	-0,47%
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.984	-22,69%	-36.193	-22,87%	-23.113	-14,09%	-24.359	-12,69%	-25.607	-12,87%
3.04.01	Despesas com Vendas										
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.190	-20,58%	-33.292	-21,03%	-19.663	-11,99%	-20.250	-10,55%	-22.730	-11,43%
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-25.217	-19,08%	-28.006	-17,69%	-17.366	-10,59%	-17.982	-9,37%	-20.194	-10,15%
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-1.742	-1,32%	-1.695	-1,07%	-2.028	-1,24%	-1.933	-1,01%	-2.225	-1,12%
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-231	-0,17%	-3.591	-2,27%	-269	-0,16%	-335	-0,17%	-311	-0,16%
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos										
3.04.04	Outras Receitas Operacionais										
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.794	-2,11%	-2.901	-1,83%	-3.450	-2,10%	-4.109	-2,14%	-2.877	-1,45%
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial										
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.994	-14,37%	-8.081	-5,11%	-22.117	-13,48%	-20.970	-10,93%	-26.551	-13,35%
3.06	Resultado Financeiro	312	0,24%	587	0,37%	-501	-0,31%	-2.295	-1,20%	-2.721	-1,37%
3.06.01	Receitas Financeiras	792	0,60%	1.142	0,72%	878	0,54%	724	0,38%	1.456	0,73%
3.06.02	Despesas Financeiras	-480	-0,36%	-555	-0,35%	-1.379	-0,84%	-3.019	-1,57%	-4.177	-2,10%
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.682	-14,14%	-7.494	-4,73%	-22.618	-13,79%	-23.265	-12,12%	-29.272	-14,72%
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro										
3.08.01	Corrente										
3.08.02	Diferido										
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.682	-14,14%	-7.494	-4,73%	-22.618	-13,79%	-23.265	-12,12%	-29.272	-14,72%
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas										
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas										
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.682	-14,14%	-7.494	-4,73%	-22.618	-13,79%	-23.265	-12,12%	-29.272	-14,72%

ANEXO E – Análise horizontal do balanço patrimonial - Othon S.A.

OTHON – DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AH	2013	AH	2014	AH	2015	AH	2016	AH
1	Ativo Total	517900	100,00%	537959	3,87%	549646	2,17%	572730	4,20%	576959	0,74%
1.01	Ativo Circulante	56349	100,00%	54474	-3,33%	62608	14,93%	66281	5,87%	64763	-2,29%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2771	100,00%	3845	38,76%	4248	10,48%	4490	5,70%	140	-96,88%
1.01.01.01	Caixas e Banco	264	100,00%	1087	311,74%	1332	22,54%	2377	78,45%	128	-94,62%
1.01.01.02	Aplicações de Liquidez Imediata	2507	100,00%	2758	10,01%	2916	5,73%	2113	-27,54%	12	-99,43%
1.01.02	Aplicações Financeiras										
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação										
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.01.03	Contas a Receber	46007	100,00%	35228	-23,43%	39561	12,30%	32266	-18,44%	28679	-11,12%
1.01.03.01	Clientes	31108	100,00%	31401	0,94%	28831	-8,18%	29520	2,39%	6994	-76,31%
1.01.03.01.01	Contas a Receber - Líquidas	31108	100,00%	31401	0,94%	28831	-8,18%	29520	2,39%	6994	-76,31%
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14899	100,00%	3827	-74,31%	10730	180,38%	2746	-74,41%	21685	689,69%
1.01.03.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	44	100,00%	47	6,82%	1022	2074,47%	772	-24,46%	977	26,55%
1.01.03.02.02	Adiantamentos e Outras Contas a Receber	2058	100,00%	1593	-22,59%	2129	33,65%	1805	-15,22%	20416	1031,08%
1.01.03.02.03	Partes Relacionadas	12716	100,00%	2054	-83,85%	7473	263,83%	35	-99,53%	26	-25,71%
1.01.03.02.04	Outros Créditos	81	100,00%	133	64,20%	106	-20,30%	134	26,42%	266	98,51%
1.01.04	Estoques	2328	100,00%	2718	16,75%	2828	4,05%	3148	11,32%	2656	-15,63%
1.01.05	Ativos Biológicos										
1.01.06	Tributos a Recuperar	4944	100,00%	12478	152,39%	15799	26,61%	25745	62,95%	33053	28,39%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4944	100,00%	12478	152,39%	15799	26,61%	25745	62,95%	33053	28,39%
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	4944	100,00%	12478	152,39%	15799	26,61%	25745	62,95%	33053	28,39%
1.01.07	Despesas Antecipadas	299	100,00%	205	-31,44%	172	-16,10%	632	267,44%	235	-62,82%
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	299	100,00%	205	-31,44%	172	-16,10%	632	267,44%	235	-62,82%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes										
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.01.08.03	Outros										
1.02	Ativo Não Circulante	461551	100,00%	483485	4,75%	487038	0,73%	506449	3,99%	512196	1,13%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47003	100,00%	66309	41,07%	65225	-1,63%	83953	28,71%	92219	9,85%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação										
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										

continua

continuação											
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.02.01.03	Contas a Receber			611	100,00%	606	-0,82%	595	-1,82%	779	30,92%
1.02.01.03.01	Clientes										
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			611	100,00%	606	-0,82%	595	-1,82%	779	30,92%
1.02.01.04	Estoques										
1.02.01.05	Ativos Biológicos										
1.02.01.06	Tributos Diferidos			25233	100,00%	25004	-0,91%	25005	0,00%	25005	0,00%
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			25233	100,00%	25004	-0,91%	25005	0,00%	25005	0,00%
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar										
1.02.01.07	Despesas Antecipadas										
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	38542	100,00%	29957	-22,27%	32871	9,73%	50378	53,26%	57969	15,07%
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas										
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores										
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	38542	100,00%	29957	-22,27%	32871	9,73%	50378	53,26%	57969	15,07%
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8461	100,00%	10508	24,19%	6744	-35,82%	7975	18,25%	8466	6,16%
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.02.01.09.03	Depósito Judicial	8461	100,00%	10508	24,19%	6744	-35,82%	7975	18,25%	8466	6,16%
1.02.02	Investimentos	1042	100,00%	975	-6,43%	943	-3,28%	611	-35,21%	694	13,58%
1.02.02.01	Participações Societárias	803	100,00%	736	-8,34%	704	-4,35%	372	-47,16%	434	16,67%
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	779	100,00%	712	-8,60%	680	-4,49%	348	-48,82%	410	17,82%
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	24	100,00%	24	0,00%	24	0,00%	24	0,00%	24	0,00%
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	239	100,00%	239	0,00%	239	0,00%	239	0,00%	260	8,79%
1.02.02.02.01	Propriedades para Investimento	239	100,00%	239	0,00%	239	0,00%	239	0,00%	260	8,79%
1.02.03	Imobilizado	413434	100,00%	415970	0,61%	420693	1,14%	421762	0,25%	419215	-0,60%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	413434	100,00%	415970	0,61%	420693	1,14%	421762	0,25%	419215	-0,60%
1.02.03.01.01	Imobilizado	413434	100,00%	415970	0,61%	420693	1,14%	421762	0,25%	419215	-0,60%
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado										
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento										
1.02.04	Intangível	72	100,00%	231	0,04%	177	-23,38%	123	-30,51%	68	-44,72%
1.02.04.01	Intangíveis	72	100,00%	231	0,04%	177	-23,38%	123	-30,51%	68	-44,72%
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão										
1.02.04.02	Goodwill										

OTHON – DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AH	2013	AH	2014	AH	2015	AH	2016	AH
2	Passivo Total	517900	100,00%	537959	3,87%	549646	2,17%	572730	4,20%	576959	0,74%
2.01	Passivo Circulante	186832	100,00%	159403	-14,68%	164382	3,12%	197620	20,22%	213410	7,99%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas										

continua

											continuação
2.01.01.01	Obrigações Sociais										
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas										
2.01.02	Fornecedores	16920	100,00%	14378	-15,02%	18040	25,47%	9949	-44,85%	12353	24,16%
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16920	100,00%	14378	-15,02%	18040	25,47%	9949	-44,85%	12353	24,16%
2.01.02.01.01	Serviços Públicos	4903	100,00%	5098	3,98%	5078	-0,39%	655	-87,10%	1387	111,76%
2.01.02.01.02	Fornecedores de Serviços e Mercadoria	10979	100,00%	8203	-25,28%	9572	16,69%	4780	-50,06%	6215	30,02%
2.01.02.01.03	Arrendamentos	497	100,00%	416	-16,30%	296	-28,85%	280	-5,41%	277	-1,07%
2.01.02.01.04	Outras Exigibilidades	541	100,00%	661	22,18%	3094	368,08%	4234	36,85%	4474	5,67%
2.01.02.01.05	Adiantamento de Clientes										
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros										
2.01.03	Obrigações Fiscais	102234	100,00%	69246	-32,27%	61627	-11,00%	75605	22,68%	108323	43,27%
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47793	100,00%	57312	19,92%	48918	-14,65%	58164	18,90%	91974	58,13%
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3764	100,00%	8278	119,93%	444	-94,64%	376	-15,32%	3664	874,47%
2.01.03.01.02	Impostos de Contribuições s/Faturamento	35669	100,00%	32523	-8,82%	29998	-7,76%	38070	26,91%	68038	78,72%
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Refis	8360	100,00%	16511	97,50%	18476	11,90%	19718	6,72%	20272	2,81%
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais										
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	54441	100,00%	11934	-78,08%	12709	6,49%	17441	37,23%	16349	-6,26%
2.01.03.03.01	Impostos e Taxas s/Patrimônio	54441	100,00%	11934	-78,08%	12709	6,49%	17441	37,23%	16349	-6,26%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9241	100,00%	6516	-29,49%	9294	42,63%	12182	31,07%	10396	-14,66%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9241	100,00%	6516	-29,49%	9256	42,05%	12144	31,20%	10293	-15,24%
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9241	100,00%	6516	-29,49%	9256	42,05%	12144	31,20%	10293	-15,24%
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.01.04.02	Debêntures										
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro					38	100,00%	38	0,00%	103	171,05%
2.01.05	Outras Obrigações	15464	100,00%	24533	58,65%	27271	11,16%	46609	70,91%	24694	-47,02%
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	100,00%								
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3	100,00%								
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores										
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas										
2.01.05.02	Outros	15461	100,00%	24533	58,68%	27271	11,16%	46609	70,91%	24694	-47,02%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar										
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar										
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	15461	100,00%	24533	58,68%	27271	11,16%	46609	70,91%	24694	-47,02%
2.01.06	Provisões	42973	100,00%	44730	4,09%	48150	7,65%	53275	10,64%	57644	8,20%
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42973	100,00%	44730	4,09%	48150	7,65%	53275	10,64%	57644	8,20%
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais										
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42973	100,00%	44730	4,09%	48150	7,65%	53275	10,64%	57644	8,20%
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis										

continua

continuação											
2.01.06.02	Outras Provisões										
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias										
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02	Passivo Não Circulante	496935	100,00%	433249	-12,82%	442469	2,13%	458336	3,59%	452912	-1,18%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1900	100,00%	1748	-8,00%	3609	106,46%	1401	-61,18%	1316	-6,07%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1900	100,00%	1748	-8,00%	3550	103,09%	1380	-61,13%	1202	-12,90%
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1900	100,00%	1748	-8,00%	3550	103,09%	1380	-61,13%	1202	-12,90%
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.02.01.02	Debêntures										
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro					59	100,00%	21	-64,41%	114	442,86%
2.02.02	Outras Obrigações	25870	100,00%	12411	-52,03%	14841	19,58%	15618	5,24%	16979	8,71%
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	25870	100,00%	12411	-52,03%	14841	19,58%	15618	5,24%	16979	8,71%
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas										
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores										
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	25870	100,00%	12411	-52,03%	14841	19,58%	15618	5,24%	16979	8,71%
2.02.02.02	Outros										
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.02.03	Tributos Diferidos	138081	100,00%	136178	-1,38%	134275	-1,40%	132371	-1,42%	130467	-1,44%
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	138081	100,00%	136178	-1,38%	134275	-1,40%	132371	-1,42%	130467	-1,44%
2.02.03.01.01	IRPJ/CSLL - Reservas de Reavaliação	138081	100,00%	136178	-1,38%	134275	-1,40%	132371	-1,42%	130467	-1,44%
2.02.04	Provisões	331084	100,00%	282912	-14,55%	289744	2,41%	308946	6,63%	304150	-1,55%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	331084	100,00%	282912	-14,55%	289744	2,41%	308946	6,63%	304150	-1,55%
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais										
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas										
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	495	100,00%	495	0,00%	495	0,00%	495	0,00%	5789	1069,49%
2.02.04.01.05	Provisões Operacionais e Trabalhistas	18778	100,00%	30837	64,22%	33204	7,68%	35208	6,04%	30017	-14,74%
2.02.04.01.06	Parcelamento Programa REFIS	278981	100,00%	182043	-34,75%	193114	6,08%	206435	6,90%	215242	4,27%
2.02.04.01.07	Parcelamentos Tributos/Contribuições	13834	100,00%	51441	271,84%	45545	-11,46%	47873	5,11%	34928	-27,04%
2.02.04.01.08	Parcelamento de Taxas/Emolumentos	18996	100,00%	18096	-4,74%	17386	-3,92%	18935	8,91%	18174	-4,02%
2.02.04.02	Outras Provisões										
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias										
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										

continua

continuação											
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar										
2.02.06.01	Lucros a Apropriar										
2.02.06.02	Receitas a Apropriar										
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar										
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	165867	100,00%	-54693	67,03%	-57205	-4,59%	-83226	45,49%	-89363	-7,37%
2.03.01	Capital Social Realizado	31984	100,00%	31984	0,00%	31984	0,00%	31984	0,00%	31984	0,00%
2.03.02	Reservas de Capital										
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações										
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação										
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição										
2.03.02.04	Opções Outorgadas										
2.03.02.05	Ações em Tesouraria										
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.03.03	Reservas de Reavaliação	198240	100,00%	196104	-1,08%	208899	6,52%	206594	-1,10%	204458	-1,03%
2.03.03.01	Ativos Próprios	42761	100,00%	40625	-5,00%	38489	-5,26%	36353	-5,55%	34217	-5,88%
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	155479	100,00%	155479	0,00%	170410	9,60%	170241	-0,10%	170241	0,00%
2.03.04	Reservas de Lucros										
2.03.04.01	Reserva Legal										
2.03.04.02	Reserva Estatutária										
2.03.04.03	Reserva para Contingências										
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar										
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros										
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos										
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais										
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto										
2.03.04.09	Ações em Tesouraria										
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	432035	100,00%	316317	-26,78%	328554	3,87%	348678	6,13%	349376	0,20%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40702	100,00%	39313	-3,41%	37923	-3,54%	36534	-3,66%	35145	-3,80%
2.03.06.01	Avaliação de Imóveis	40702	100,00%	39313	-3,41%	37923	-3,54%	36534	-3,66%	35145	-3,80%
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão										
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes										
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4758	100,00%	-5777	21,42%	-7457	29,08%	-9660	29,54%	-11574	19,81%

ANEXO F – Análise vertical do balanço patrimonial - Othon S.A.

OTHON – DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AV	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
1	Ativo Total	517900	100,00%	537959	100,00%	549646	100,00%	572730	100,00%	576959	100,00%
1.01	Ativo Circulante	56349	9,77%	54474	9,51%	62608	11,39%	66281	12,32%	64763	11,22%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2771	0,48%	3845	0,67%	4248	0,77%	4490	0,83%	140	0,02%
1.01.01.01	Caixas e Banco	264	0,05%	1087	0,19%	1332	0,24%	2377	0,44%	128	0,02%
1.01.01.02	Aplicações de Liquidez Imediata	2507	0,43%	2758	0,48%	2916	0,53%	2113	0,39%	12	0,00%
1.01.02	Aplicações Financeiras										
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação										
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.01.03	Contas a Receber	46007	7,97%	35228	6,15%	39561	7,20%	32266	6,00%	28679	4,97%
1.01.03.01	Clientes	31108	5,39%	31401	5,48%	28831	5,25%	29520	5,49%	6994	1,21%
1.01.03.01.01	Contas a Receber - Líquidas	31108	5,39%	31401	5,48%	28831	5,25%	29520	5,49%	6994	1,21%
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14899	2,58%	3827	0,67%	10730	1,95%	2746	0,51%	21685	3,76%
1.01.03.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	44	0,01%	47	0,01%	1022	0,19%	772	0,14%	977	0,17%
1.01.03.02.02	Adiantamentos e Outras Contas a Receber	2058	0,36%	1593	0,28%	2129	0,39%	1805	0,34%	20416	3,54%
1.01.03.02.03	Partes Relacionadas	12716	2,20%	2054	0,36%	7473	1,36%	35	0,01%	26	0,00%
1.01.03.02.04	Outros Créditos	81	0,01%	133	0,02%	106	0,02%	134	0,02%	266	0,05%
1.01.04	Estoques	2328	0,40%	2718	0,47%	2828	0,51%	3148	0,59%	2656	0,46%
1.01.05	Ativos Biológicos		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		
1.01.06	Tributos a Recuperar	4944	0,86%	12478	2,18%	15799	2,87%	25745	4,79%	33053	5,73%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4944	0,86%	12478	2,18%	15799	2,87%	25745	4,79%	33053	5,73%
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	4944	0,86%	12478	2,18%	15799	2,87%	25745	4,79%	33053	5,73%
1.01.07	Despesas Antecipadas	299	0,05%	205	0,04%	172	0,03%	632	0,12%	235	0,04%
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	299	0,05%	205	0,04%	172	0,03%	632	0,11%	235	0,04%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes										
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.01.08.03	Outros										
1.02	Ativo Não Circulante	461551	80,00%	483485	89,87%	487038	88,61%	506449	88,43%	512196	88,78%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47003	8,15%	66309	12,33%	65225	11,87%	83953	14,66%	92219	15,98%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação										
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										

continua

continuação											
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.02.01.03	Contas a Receber			611	0,11%	606	0,11%	595	0,10%	779	0,14%
1.02.01.03.01	Clientes										
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			611	0,11%	606	0,11%	595	0,10%	779	0,14%
1.02.01.04	Estoques										
1.02.01.05	Ativos Biológicos										
1.02.01.06	Tributos Diferidos			25233	4,69%	25004	4,55%	25005	4,37%	25005	4,33%
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			25233	4,69%	25004	4,55%	25005	4,37%	25005	4,33%
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar										
1.02.01.07	Despesas Antecipadas										
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	38542	6,68%	29957	5,57%	32871	5,98%	50378	8,80%	57969	10,05%
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas										
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores										
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	38542	6,68%	29957	5,57%	32871	5,98%	50378	8,80%	57969	10,05%
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8461	1,47%	10508	1,95%	6744	1,23%	7975	1,39%	8466	1,47%
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.02.01.09.03	Depósito Judicial	8461	1,47%	10508	1,83%	6744	1,23%	7975	1,39%	8466	1,47%
1.02.02	Investimentos	1042	0,18%	975	0,17%	943	0,17%	611	0,11%	694	0,12%
1.02.02.01	Participações Societárias	803	0,14%	736	0,13%	704	0,13%	372	0,06%	434	0,08%
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	779	0,14%	712	0,12%	680	0,12%	348	0,06%	410	0,07%
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	24	0,00%	24	0,00%	24	0,00%	24	0,00%	24	0,00%
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	239	0,04%	239	0,04%	239	0,04%	239	0,04%	260	0,05%
1.02.02.02.01	Propriedades para Investimento	239	0,04%	239	0,04%	239	0,04%	239	0,04%	260	0,05%
1.02.03	Imobilizado	413434	71,66%	415970	72,63%	420693	76,54%	421762	73,64%	419215	72,66%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	413434	71,66%	415970	72,63%	420693	76,54%	421762	73,64%	419215	72,66%
1.02.03.01.01	Imobilizado	413434	71,66%	415970	72,63%	420693	76,54%	421762	73,64%	419215	72,66%
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado										
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento										
1.02.04	Intangível	72	0,01%	231	0,04%	177	0,03%	123	0,02%	68	0,01%
1.02.04.01	Intangíveis	72	0,01%	231	0,04%	177	0,03%	123	0,02%	68	0,01%
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão										
1.02.04.02	Goodwill										

OTHON – DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AV	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
2	Passivo Total	517900	100,00%	537959	100,00%	549646	100,00%	572730	100,00%	576959	100,00%
2.01	Passivo Circulante	186832	32,38%	159403	27,83%	164382	29,91%	197620	36,74%	213410	41,21%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas										

continua

continuação											
2.01.01.01	Obrigações Sociais										
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas										
2.01.02	Fornecedores	16920	2,93%	14378	2,51%	18040	3,28%	9949	1,85%	12353	2,39%
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16920	2,93%	14378	2,51%	18040	3,28%	9949	1,85%	12353	2,39%
2.01.02.01.01	Serviços Públicos	4903	0,85%	5098	0,89%	5078	0,92%	655	0,12%	1387	0,27%
2.01.02.01.02	Fornecedores de Serviços e Mercadoria	10979	1,90%	8203	1,43%	9572	1,74%	4780	0,89%	6215	1,20%
2.01.02.01.03	Arrendamentos	497	0,09%	416	0,07%	296	0,05%	280	0,05%	277	0,05%
2.01.02.01.04	Outras Exigibilidades	541	0,09%	661	0,12%	3094	0,56%	4234	0,79%	4474	0,86%
2.01.02.01.05	Adiantamento de Clientes										
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros										
2.01.03	Obrigações Fiscais	102234	17,72%	69246	12,09%	61627	11,21%	75605	14,05%	108323	20,92%
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47793	8,28%	57312	10,01%	48918	8,90%	58164	10,81%	91974	17,76%
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3764	0,65%	8278	1,45%	444	0,08%	376	0,07%	3664	0,71%
2.01.03.01.02	Impostos de Contribuições s/Faturamento	35669	6,18%	32523	5,68%	29998	5,46%	38070	7,08%	68038	13,14%
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Refis	8360	1,45%	16511	2,88%	18476	3,36%	19718	3,67%	20272	3,91%
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais										
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	54441	9,44%	11934	2,08%	12709	2,31%	17441	3,24%	16349	3,16%
2.01.03.03.01	Impostos e Taxas s/Patrimônio	54441	9,44%	11934	2,08%	12709	2,31%	17441	3,24%	16349	3,16%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9241	1,60%	6516	1,14%	9294	1,69%	12182	2,26%	10396	2,01%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9241	1,60%	6516	1,14%	9256	1,68%	12144	2,26%	10293	1,99%
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9241	1,60%	6516	1,14%	9256	1,68%	12144	2,26%	10293	1,99%
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.01.04.02	Debêntures										
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro					38	0,01%	38	0,01%	103	0,02%
2.01.05	Outras Obrigações	15464	2,68%	24533	4,28%	27271	4,96%	46609	8,66%	24694	4,77%
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	0,00%								
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3	0,00%								
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores										
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas										
2.01.05.02	Outros	15461	2,68%	24533	4,28%	27271	4,96%	46609	8,66%	24694	4,77%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar										
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar										
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	15461	2,68%	24533	4,28%	27271	4,96%	46609	8,66%	24694	4,77%
2.01.06	Provisões	42973	7,45%	44730	7,81%	48150	8,76%	53275	9,90%	57644	11,13%
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42973	7,45%	44730	7,81%	48150	8,76%	53275	9,90%	57644	11,13%
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais										
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42973	7,45%	44730	7,81%	48150	8,76%	53275	9,90%	57644	11,13%
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis										

continua

continuação											
2.01.06.02	Outras Provisões										
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias										
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02	Passivo Não Circulante	496935	86,13%	433249	75,65%	442469	80,50%	458336	85,20%	452912	87,45%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1900	0,33%	1748	0,31%	3609	0,66%	1401	0,26%	1316	0,25%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1900	0,33%	1748	0,31%	3550	0,65%	1380	0,26%	1202	0,23%
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1900	0,33%	1748	0,31%	3550	0,65%	1380	0,26%	1202	0,23%
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.02.01.02	Debêntures										
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro					59	0,01%	21	0,00%	114	0,02%
2.02.02	Outras Obrigações	25870	4,48%	12411	2,17%	14841	2,70%	15618	2,90%	16979	3,28%
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	25870	4,48%	12411	2,17%	14841	2,70%	15618	2,90%	16979	3,28%
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas										
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores										
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	25870	4,48%	12411	2,17%	14841	2,70%	15618	2,90%	16979	3,28%
2.02.02.02	Outros										
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.02.03	Tributos Diferidos	138081	23,93%	136178	23,78%	134275	24,43%	132371	24,61%	130467	25,19%
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	138081	23,93%	136178	23,78%	134275	24,43%	132371	24,61%	130467	25,19%
2.02.03.01.01	IRPJ/CSLL - Reservas de Reavaliação	138081	23,93%	136178	23,78%	134275	24,43%	132371	24,61%	130467	25,19%
2.02.04	Provisões	331084	57,38%	282912	49,40%	289744	52,71%	308946	57,43%	304150	58,73%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	331084	57,38%	282912	49,40%	289744	52,71%	308946	57,43%	304150	58,73%
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais										
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas										
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	495	0,09%	495	0,09%	495	0,09%	495	0,09%	5789	1,12%
2.02.04.01.05	Provisões Operacionais e Trabalhistas	18778	3,25%	30837	5,38%	33204	6,04%	35208	6,54%	30017	5,80%
2.02.04.01.06	Parcelamento Programa REFIS	278981	48,35%	182043	31,79%	193114	35,13%	206435	38,37%	215242	41,56%
2.02.04.01.07	Parcelamentos Tributos/Contribuições	13834	2,40%	51441	8,98%	45545	8,29%	47873	8,90%	34928	6,74%
2.02.04.01.08	Parcelamento de Taxas/Emolumentos	18996	3,29%	18096	3,16%	17386	3,16%	18935	3,52%	18174	3,51%
2.02.04.02	Outras Provisões										
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias										
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										

continua

continuação											
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar										
2.02.06.01	Lucros a Apropriar										
2.02.06.02	Receitas a Apropriar										
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar										
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2E+05	-28,75%	-54693	-9,55%	-57205	-10,41%	-83226	-15,47%	-89363	-17,25%
2.03.01	Capital Social Realizado	31984	5,54%	31984	5,58%	31984	5,82%	31984	5,95%	31984	6,18%
2.03.02	Reservas de Capital										
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações										
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação										
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição										
2.03.02.04	Opções Outorgadas										
2.03.02.05	Ações em Tesouraria										
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.03.03	Reservas de Reavaliação	198240	34,36%	196104	34,24%	208899	38,01%	206594	38,40%	204458	39,48%
2.03.03.01	Ativos Próprios	42761	7,41%	40625	7,09%	38489	7,00%	36353	6,76%	34217	6,61%
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	155479	26,95%	155479	27,15%	170410	31,00%	170241	31,65%	170241	32,87%
2.03.04	Reservas de Lucros										
2.03.04.01	Reserva Legal										
2.03.04.02	Reserva Estatutária										
2.03.04.03	Reserva para Contingências										
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar										
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros										
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos										
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais										
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto										
2.03.04.09	Ações em Tesouraria										
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4E+05	-74,88%	-316317	-55,23%	-328554	-59,78%	-348678	-64,81%	-349376	-67,46%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40702	7,05%	39313	6,86%	37923	6,90%	36534	6,79%	35145	6,79%
2.03.06.01	Avaliação de Imóveis	40702	7,05%	39313	6,86%	37923	6,90%	36534	6,79%	35145	6,79%
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão										
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes										
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4758	-0,82%	-5777	-1,01%	-7457	-1,36%	-9660	-1,80%	-11574	-2,23%

ANEXO G – Análise horizontal do balanço patrimonial - Sauipe S.A.

SAUIPE – DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AH	2013	AH	2014	AH	2015	AH	2016	AH
1	Ativo Total	33.446,00	100,00%	373.487,00	1016,69%	364.331,00	-2,45%	357.609,00	-1,85%	365.705,00	2,26%
1.01	Ativo Circulante	20.106,00	100,00%	33.302,00	65,63%	33.061,00	-0,72%	33.614,00	1,67%	39.767,00	18,30%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.950,00	100,00%	2.642,00	-33,11%	2.928,00	10,83%	4.499,00	53,65%	5.709,00	26,89%
1.01.02	Aplicações Financeiras										
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação										
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.01.03	Contas a Receber	10.879,00	100,00%	21.942,00	101,69%	23.065,00	5,12%	21.211,00	-8,04%	24.179,00	13,99%
1.01.03.01	Clientes	10.879,00	100,00%	21.942,00	101,69%	23.065,00	5,12%	21.211,00	-8,04%	24.179,00	13,99%
1.01.03.02	Outras Contas a Receber										
1.01.04	Estoques	3.406,00	100,00%	4.094,00	20,20%	3.786,00	-7,52%	3.998,00	5,60%	4.261,00	6,58%
1.01.05	Ativos Biológicos										
1.01.06	Tributos a Recuperar	838,00	100,00%	3.350,00	299,76%	1.346,00	-59,82%	1.588,00	17,98%	2.508,00	57,93%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	838,00	100,00%	3.350,00	299,76%	1.346,00	-59,82%	1.588,00	17,98%	2.508,00	57,93%
1.01.07	Despesas Antecipadas										
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.033,00	100,00%	1.274,00	23,33%	1.936,00	51,96%	2.318,00	19,73%	3.110,00	34,17%
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.01.08.03	Outros	1.033,00	100,00%	1.274,00	23,33%	1.936,00	51,96%	2.318,00	19,73%	3.110,00	34,17%
1.02	Ativo Não Circulante	13.340,00	100,00%	340.185,00	2450,11%	331.270,00	-2,62%	323.995,00	-2,20%	325.938,00	0,60%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.229,00	100,00%	2.633,00	-78,47%	6.082,00	130,99%	8.058,00	32,49%	10.067,00	24,93%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação										
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.02.01.03	Contas a Receber	3.751,00	100,00%	2.633,00	-29,81%	6.082,00	130,99%	8.058,00	32,49%	10.067,00	24,93%
1.02.01.03.01	Clientes										
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.751,00	100,00%	2.633,00	-29,81%	6.082,00	130,99%	8.058,00	32,49%	10.067,00	24,93%
1.02.01.04	Estoques										
1.02.01.05	Ativos Biológicos										
1.02.01.06	Tributos Diferidos										
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos										

continua

continuação											
1.02.01.07	Despesas Antecipadas										
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.478,00	100,00%	-							
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas										
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas										
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores										
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.478,00	100,00%	-							
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes										
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.02.02	Investimentos										
1.02.02.01	Participações Societárias										
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas										
1.02.02.01.02	Participações em Controladas										
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto										
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias										
1.02.02.02	Propriedades para Investimento										
1.02.03	Imobilizado	1.111,00	100,00%	337.552,00	30282,72%	325.188,00	-3,66%	315.937,00	-2,84%	315.871,00	-0,02%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.111,00	100,00%	337.552,00	30282,72%	325.188,00	-3,66%	315.937,00	-2,84%	315.871,00	-0,02%
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado										
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento										
1.02.04	Intangível										
1.02.04.01	Intangíveis										
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão										
1.02.05	Diferido										

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AH	2013	AH	2014	AH	2015	AH	2016	AH
2	Passivo Total	33.446	100,00%	373.487	1016,69%	364.331	-2,45%	357.609	-1,85%	365.705	2,26%
2.01	Passivo Circulante	34.566	100,00%	41.132	19,00%	44.933	9,24%	51.148	13,83%	49.093	-4,02%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.957	100,00%	4.493	13,55%	4.847	7,88%	7.153	47,58%	7.390	3,31%
2.01.01.01	Obrigações Sociais										
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas										
2.01.02	Fornecedores	11.083	100,00%	13.940	25,78%	13.777	-1,17%	12.914	-6,26%	14.820	14,76%
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.083	100,00%	13.940	25,78%	13.777	-1,17%	12.914	-6,26%	14.820	14,76%
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros										
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.028	100,00%	1.871	-7,74%	2.436	30,20%	3.144	29,06%	4.264	35,62%
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais										
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar										
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais										

continua

continuação											
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais										
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos					1.748	100,00%	2.381	36,21%	3.648	53,21%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos					1.748	100,00%	2.381	36,21%	3.648	53,21%
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional					1.748	100,00%	2.381	36,21%	3.648	53,21%
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.01.04.02	Debêntures										
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro										
2.01.05	Outras Obrigações	14.073	100,00%	20.319	44,38%	20.530	1,04%	24.039	17,09%	18.971	-21,08%
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			4.612	100,00%	4.793	3,92%				
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas										
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas										
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores										
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			4.612	100,00%	4.793	3,92%				
2.01.05.02	Outros	14.073	100,00%	15.707	11,61%	15.737	0,19%	24.039	52,75%	18.971	-21,08%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar										
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar										
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	14.073	100,00%	15.707	11,61%	15.737	0,19%	24.039	52,75%	18.971	-21,08%
2.01.06	Provisões	3.425	100,00%	509	-85,14%	1.595	213,36%	1.517	-4,89%		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis										
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais										
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas										
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis										
2.01.06.01.05	Outras Provisões										
2.01.06.02	Outras Provisões	3.425	100,00%	509	-85,14%	1.595	213,36%	1.517	-4,89%		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias										
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.01.06.02.04	Outras Provisões	3.425	100,00%	509	-85,14%	1.595	213,36%	1.517	-4,89%		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02	Passivo Não Circulante	13.001	100,00%	5.986	-53,96%	15.647	161,39%	21.074	34,68%	27.697	31,43%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos					7.767	100,00%	9.367	20,60%	7.761	-17,15%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos					7.767	100,00%	9.367	20,60%	7.761	-17,15%
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional					7.767	100,00%	9.367	20,60%	7.761	-17,15%
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.02.01.02	Debêntures										
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro										

continua

continuação											
2.02.02	Outras Obrigações	9.952	100,00%					2.231	100,00%	5.743	157,42%
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.952	100,00%								
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas										
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas										
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores										
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.952	100,00%								
2.02.02.02	Outros							2.231	100,00%	5.743	157,42%
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes							1.990	100,00%	5.551	178,94%
2.02.02.02.04	Obrigações sociais e Trabalhista - Parcelamento							241	100,00%	192	-20,33%
2.02.03	Tributos Diferidos										
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos										
2.02.04	Provisões	3.049	100,00%	5.986	96,33%	7.880	31,64%	9.476	20,25%	14.193	49,78%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.049	100,00%	5.986	96,33%	7.880	31,64%	9.476	20,25%	14.193	49,78%
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	630	100,00%	683	8,41%	683	0,00%	240	-64,86%	255	6,25%
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.041	100,00%	4.834	136,84%	6.505	34,57%	8.044	23,66%	13.193	64,01%
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	378	100,00%	469	24,07%	692	47,55%	1.192	72,25%	745	-37,50%
2.02.04.02	Outras Provisões										
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias										
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar										
2.02.06.01	Lucros a Apropriar										
2.02.06.02	Receitas a Apropriar										
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar										
2.03	Patrimônio Líquido	-14.121	100,00%	326.369	2411,23%	303.751	-6,93%	285.387	-6,05%	288.915	1,24%
2.03.01	Capital Social Realizado	90.796	100,00%	438.780	383,26%	438.780	0,00%	443.681	1,12%	476.481	7,39%
2.03.02	Reservas de Capital										
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações										
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação										
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição										
2.03.02.04	Opções Outorgadas										
2.03.02.05	Ações em Tesouraria										
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.03.03	Reservas de Reavaliação										

continua

ANEXO H – Análise vertical do balanço patrimonial - Sauipe S.A.

SAUIPE – DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AV	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
1	Ativo Total	33.446,00	100,00%	373.487,00	100,00%	364.331,00	100,00%	357.609,00	100,00%	365.705,00	100,00%
1.01	Ativo Circulante	20.106,00	5,50%	33.302,00	9,31%	33.061,00	9,07%	33.614,00	9,00%	39.767,00	118,90%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.950,00	1,08%	2.642,00	0,74%	2.928,00	0,80%	4.499,00	1,20%	5.709,00	17,07%
1.01.02	Aplicações Financeiras										
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação										
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.01.03	Contas a Receber	10.879,00	2,97%	21.942,00	6,14%	23.065,00	6,33%	21.211,00	5,68%	24.179,00	72,29%
1.01.03.01	Clientes	10.879,00	2,97%	21.942,00	6,14%	23.065,00	6,33%	21.211,00	5,68%	24.179,00	72,29%
1.01.03.02	Outras Contas a Receber										
1.01.04	Estoques	3.406,00	0,93%	4.094,00	1,14%	3.786,00	1,04%	3.998,00	1,07%	4.261,00	12,74%
1.01.05	Ativos Biológicos										
1.01.06	Tributos a Recuperar	838,00	0,23%	3.350,00	0,94%	1.346,00	0,37%	1.588,00	0,43%	2.508,00	7,50%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	838,00	0,23%	3.350,00	0,94%	1.346,00	0,37%	1.588,00	0,43%	2.508,00	7,50%
1.01.07	Despesas Antecipadas										
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.033,00	0,28%	1.274,00	0,36%	1.936,00	0,53%	2.318,00	0,62%	3.110,00	9,30%
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.01.08.03	Outros	1.033,00	0,28%	1.274,00	0,36%	1.936,00	0,53%	2.318,00	0,62%	3.110,00	9,30%
1.02	Ativo Não Circulante	13.340,00	3,65%	340.185,00	95,13%	331.270,00	90,93%	323.995,00	86,75%	325.938,00	974,52%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.229,00	3,34%	2.633,00	0,74%	6.082,00	1,67%	8.058,00	2,16%	10.067,00	30,10%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo										
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação										
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda										
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado										
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento										
1.02.01.03	Contas a Receber	3.751,00	1,03%	2.633,00	0,74%	6.082,00	1,67%	8.058,00	2,16%	10.067,00	30,10%
1.02.01.03.01	Clientes										
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.751,00	1,03%	2.633,00	0,74%	6.082,00	1,67%	8.058,00	2,16%	10.067,00	30,10%
1.02.01.04	Estoques										
1.02.01.05	Ativos Biológicos										
1.02.01.06	Tributos Diferidos										
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos										

continua

continuação											
1.02.01.07	Despesas Antecipadas										
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.478,00	2,32%	-							
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas										
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas										
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores										
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.478,00	2,32%	-							
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes										
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda										
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas										
1.02.02	Investimentos										
1.02.02.01	Participações Societárias										
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas										
1.02.02.01.02	Participações em Controladas										
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto										
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias										
1.02.02.02	Propriedades para Investimento										
1.02.03	Imobilizado	1.111,00	0,30%	337.552,00	94,39%	325.188,00	89,26%	315.937,00	84,59%	315.871,00	944,42%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.111,00	0,30%	337.552,00	94,39%	325.188,00	89,26%	315.937,00	84,59%	315.871,00	944,42%
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado										
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento										
1.02.04	Intangível										
1.02.04.01	Intangíveis										
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão										
1.02.05	Diferido										

SAUIPE – DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo - (Reais Mil)											
Conta	Descrição	2012	AV	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
2	Passivo Total	33.446	100,00%	373.487	100,00%	364.331	100,00%	357.609	100,00%	365.705	100,00%
2.01	Passivo Circulante	34.566	9,45%	41.132	11,50%	44.933	12,33%	51.148	14,30%	49.093	146,78%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.957	1,08%	4.493	1,26%	4.847	1,33%	7.153	2,00%	7.390	22,10%
2.01.01.01	Obrigações Sociais										
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas										
2.01.02	Fornecedores	11.083	3,03%	13.940	3,90%	13.777	3,78%	12.914	3,61%	14.820	44,31%
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.083	3,03%	13.940	3,90%	13.777	3,78%	12.914	3,61%	14.820	44,31%
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros										
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.028	0,55%	1.871	0,52%	2.436	0,67%	3.144	0,88%	4.264	12,75%
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais										
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar										
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais										
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais										

continua

continuação											
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos					1.748	0,48%	2.381	0,64%	3.648	10,91%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos					1.748	0,48%	2.381	0,64%	3.648	10,91%
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional					1.748	0,48%	2.381	0,64%	3.648	10,91%
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.01.04.02	Debêntures										
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro										
2.01.05	Outras Obrigações	14.073	42,08%	20.319	5,44%	20.530	5,63%	24.039	6,72%	18.971	56,72%
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			4.612	1,23%	4.793	1,32%				
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas										
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas										
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores										
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			4.612	1,23%	4.793	1,32%				
2.01.05.02	Outros	14.073	42,08%	15.707	4,21%	15.737	4,32%	24.039	6,72%	18.971	56,72%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar										
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar										
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	14.073	42,08%	15.707	4,21%	15.737	4,32%	24.039	6,72%	18.971	56,72%
2.01.06	Provisões	3.425	10,24%	509	0,14%	1.595	0,44%	1.517	0,42%		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis										
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais										
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas										
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis										
2.01.06.01.05	Outras Provisões										
2.01.06.02	Outras Provisões	3.425	10,24%	509	0,14%	1.595	0,44%	1.517	0,42%		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias										
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.01.06.02.04	Outras Provisões	3.425	10,24%	509	0,14%	1.595	0,44%	1.517	0,42%		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02	Passivo Não Circulante	13.001	38,87%	5.986	1,60%	15.647	4,29%	21.074	5,64%	27.697	82,81%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos					7.767	2,13%	9.367	2,51%	7.761	23,20%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos					7.767	2,13%	9.367	2,51%	7.761	23,20%
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional					7.767	2,13%	9.367	2,51%	7.761	23,20%
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira										
2.02.01.02	Debêntures										
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro										
2.02.02	Outras Obrigações	9.952	29,76%					2.231	0,62%	5.743	17,17%

continua

continuação											
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.952	29,76%								
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas										
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas										
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores										
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.952	29,76%								
2.02.02.02	Outros							2.231	0,62%	5.743	17,17%
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações										
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes							1.990	0,56%	5.551	16,60%
2.02.02.02.04	Obrigações sociais e Trabalhista - Parcelamento							241	0,07%	192	0,57%
2.02.03	Tributos Diferidos										
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos										
2.02.04	Provisões	3.049	0,83%	5.986	1,67%	7.880	2,16%	9.476	2,54%	14.193	42,44%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.049	0,83%	5.986	1,67%	7.880	2,16%	9.476	2,54%	14.193	42,44%
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	630	0,17%	683	0,19%	683	0,19%	240	0,06%	255	0,76%
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.041	0,56%	4.834	1,35%	6.505	1,79%	8.044	2,15%	13.193	39,45%
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados										
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	378	0,10%	469	0,13%	692	0,19%	1.192	0,32%	745	2,23%
2.02.04.02	Outras Provisões										
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias										
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação										
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação										
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados										
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda										
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas										
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar										
2.02.06.01	Lucros a Apropriar										
2.02.06.02	Receitas a Apropriar										
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar										
2.03	Patrimônio Líquido	-14.121	-42,22%	326.369	87,38%	303.751	83,37%	285.387	79,80%	288.915	863,83%
2.03.01	Capital Social Realizado	90.796	271,47%	438.780	117,48%	438.780	120,43%	443.681	124,07%	476.481	1424,63%
2.03.02	Reservas de Capital										
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações										
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação										
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição										
2.03.02.04	Opções Outorgadas										
2.03.02.05	Ações em Tesouraria										
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital										
2.03.03	Reservas de Reavaliação										
2.03.04	Reservas de Lucros										

continua

